

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

MARIA LUIZA MIRANDA ALEXANDRE

VILA AUTÓDROMO: os sentidos de um processo de luta pelo direito à cidade

Rio de Janeiro
2021.1

MARIA LUIZA MIRANDA ALEXANDRE

VILA AUTÓDROMO: os sentidos de um processo de luta pelo direito à cidade

Monografia apresentada ao Curso de Direito à Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de bacharel em Direito sob a orientação da Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans.

Rio de Janeiro

2021.1

MARIA LUIZA MIRANDA ALEXANDRE

VILA AUTÓDROMO: os sentidos de um processo de luta pelo direito à cidade

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Direito sob a orientação da Professora Dra. Mariana Trotta Dallalana Quintans.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof:
Universidade

Prof:
Universidade

Prof:
Universidade

AGRADECIMENTOS

A Leide, por uma criação capaz de estimular as reflexões que me trouxeram até aqui e pela ajuda com esse trabalho final, seja por meio das conversas, recomendações bibliográficas ou revisões textuais. Por isso e bem mais sou grata.

À minha família, que esteve presente nos pequenos e grandes momentos, em especial a Laura, Eugênia e Lucas.

A Carol, Raquel, Bruna, Iana, Alice e Bianca, pela companhia durante esses anos.

A Vitória, pelo carinho com que chegou e permanece.

A Mariana, por ter me conduzido ao longo desse trabalho.

Ao NAJUP, que tornou a experiência universitária mais significativa.

RESUMO

Estudo sobre a experiência de luta da Vila Autódromo pelo direito a moradia, referenciada na luta por direito à cidade. A partir do percurso da comunidade, consiste na análise dos seus movimentos na constituição do espaço e, conseqüentemente, da cidade, e das ações do poder estatal que incidem sobre ela, apreendendo os seus sentidos. Para isso, contextualiza e caracteriza a comunidade no âmbito da história das favelas no Rio de Janeiro, discutindo as ameaças remocionistas e posteriormente as remoções, refletindo sobre os seus impactos nos sujeitos e no espaço, desde a gênese da comunidade, passando pelas investidas remocionistas, até o momento atual. Utiliza-se, como metodologia, de revisão de literatura e entrevistas remotas, com o uso de roteiro semiestruturado. Acerca dos sentidos do percurso que experimentou a comunidade, é possível abstrair lições políticas potentes. Estas, advindas da vivência e interpretadas pelos sujeitos que a protagonizam e, entrelaçando presente, passado e futuro, aparecem naqueles que foram indenizados e na permanência das 20 famílias remanescentes, sintetizadas na potência de luta pelo direito à cidade no âmbito das relações de poder.

Palavras-chave: Remoção, Resistência, Poder, Espaço.

ABSTRACT

Study on the struggle experience of Vila Autódromo for the right to housing, referenced in the struggle for the right to the city. From the path of the community, it consists on the analysis of its movements in the constitution of space and, consequently, of the city, and the actions of the state power that affect it, apprehending its meanings. For this, it contextualizes and characterizes the community within the history of favelas in Rio de Janeiro, discussing removalist threats and later removals, reflecting on their impacts on subjects and space, from the genesis of the community, through removalist attacks, until the current moment. It uses, as a methodology, literature review and remote interviews, using a semi-structured script. About the meanings of the path that the community experienced, it is possible to abstract powerful political lessons. These, arising from the experience and interpreted by the subjects who are the protagonists and, intertwining the present, past and future, appear in those who were compensated and in the permanence of the 20 remaining families, summarized in the power of struggle for the right to the city within the scope of power relations.

Keywords: Eviction, Resistance, Power, Space.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – Ação Civil Pública

AEIS – Área de Especial Interesse Social

AMPVA – Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo

NAJUP – Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular

NUTH – Núcleo de Terras e Habitação

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

SEAF – Secretaria Extraordinária de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos

SMH – Secretaria Municipal de Habitação

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UTF – União dos Trabalhadores Favelados

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	01
2	UM ESPAÇO EM CONSTITUIÇÃO: a Vila Autódromo na dinâmica de poder do Rio de Janeiro	04
2.1	Um espaço em um projeto de classe: as favelas como subproduto indesejado e funcional	04
2.2	Vila Autódromo: produzir o espaço e nele produzir-se	13
3	ESPAÇO AMEAÇADO E A VIDA EM SUSPENSO	26
3.1	Primeiras ameaças de remoção	26
3.2	Os megaeventos: Jogos PanAmericanos e novos atores.....	33
3.3	Olimpíadas que se anunciam e as articulações da Vila Autódromo	37
4	O ESPAÇO E AS MÚLTIPLAS FACES DO MESMO JOGO	45
4.1	As primeiras remoções	45
4.2	As demolições e os impactos violentos nos corpos e no espaço.....	51
4.3	Linhas de fuga.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

1 INTRODUÇÃO

O estudo se propõe a construir uma narrativa analítica do percurso da Vila Autódromo enquanto experiência de luta e os atos do poder estatal sobre a comunidade, indagando os sentidos desse processo, tendo por referencia a luta por direito à cidade.

Altair Guimarães, antigo morador da comunidade, sofreu três remoções entre os quatorze e os sessenta anos de idade. Na última foi retirado à força da Vila Autódromo. Sua trajetória diz muito sobre a cidade do Rio de Janeiro, sobre como a sua constituição histórica foi sempre baseada nas remoções, mesmo antes das favelas, mas especialmente depois do seu surgimento.

Desse modo, a reflexão sobre a experiência da Vila Autódromo na luta contra as remoções e supõe-se a princípio, por direito à cidade, tem sua relevância atrelada às lições que a comunidade pode deixar, tanto no âmbito acadêmico quanto no campo de ações populares. Ainda, analisar a Vila Autódromo através das perspectivas dos sujeitos que protagonizaram a resistência nos permite compreender o saldo que fica e quais os sentidos do engajamento na luta enquanto moradores da comunidade ontem e hoje, seja fora ou ainda nela. Sua importância se mostra sobretudo no momento atual, com o retorno das políticas de remoções nessa nova gestão de Eduardo Paes na prefeitura do Rio de Janeiro, durante a qual, em meio à pandemia do novo coronavírus, já houve a tentativa de retirada forçada das favelas da Estradinha, Metrô-Mangueira, Babilônia, dentre outras. Portanto, pensar a Vila Autódromo, aqui, significa pensar a cidade nas relações de poder que a constituem, moldam e transformam.

O estudo pretende, assim, de modo geral, identificar e analisar o percurso traçado pela Vila Autódromo desde a sua gênese e das ações do Estado sobre ela no âmbito da cidade do Rio de Janeiro, investigando os seus sentidos políticos enquanto resistência.

Em termos específicos objetiva: Contextualizar a constituição das favelas no Rio de Janeiro em meio a um projeto de classe e nesse cenário, a emergência da Vila Autódromo, demarcando o caráter inicial da ocupação/produção de um espaço particular no cenário da cidade; discutir as ameaças remocionistas e os seus impactos na vida e lutas dos moradores; discutir as remoções na confluência entre as necessidades básicas dos moradores, a violência do Estado e as lutas dos moradores pelo direito à cidade.

O trabalho tem por ideia-chave apreender o processo de resistência da Vila Autódromo no âmbito das suas relações com o poder estatal e com outros atores articulados na sua luta. Disso decorre a necessidade de compreender o movimento de continuidade e descontinuidade

da experiência em debate enquanto um fenômeno plural e diverso. Para isso, foi preciso recorrer a distintos estudos e contribuições que versem direta ou indiretamente sobre o direito à cidade.

Os procedimentos metodológicos envolveram, portanto, revisão de literatura, incluindo as obras de Henri Lefebvre, Raquel Rolnik, David Harvey, Clarissa Naback, Rafael Gonçalves e Marcela Munch. Para efeito de coleta de dados empíricos foram realizadas entrevistas online com sete moradores, homens e mulheres, de diferentes faixas etárias, sob o critério de terem sido sujeitos que experimentaram parte da vida na Vila Autódromo e passaram pelo processo de remoção. As entrevistas ocorreram durante o mês de agosto de 2021 de forma remota, e foram realizadas segundo um roteiro semiestruturado elaborado previamente.

Dois experiências significativas permitiram aproximação à temática aqui abordada: a atuação no Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin e o estágio forense no Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, durante os quais foi possível participar da prestação de assessoria jurídica às comunidades ameaçadas por remoções e envolvidas em conflitos fundiários, em sua imensa maioria violadores de direitos humanos e fundamentais. Tanto o NUTH quanto o NAJUP, representando aqui a atuação das universidades, se mostram essenciais na luta empreendida pelas favelas do Rio de Janeiro, através da socialização dos conhecimentos técnicos e acadêmicos, bem como da necessária defesa jurídica. Mais do que isso, porém, ambos buscam assessorar as comunidades, sanando dúvidas, estimulando articulações com outras comunidades e com movimentos que lutam por moradia, de modo a fortalecer a sua resistência. Através da inserção nessas instituições é possível compreender o lugar de onde se observa o problema enquanto autora e assim situar a produção do trabalho.

A exposição do conteúdo que resulta desse estudo, estrutura-se em três capítulos, como descrito brevemente abaixo:

No primeiro, a partir do surgimento e crescimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro discute-se a sua constituição e as transformações na cidade em meio às dinâmicas das relações de classe. A questão habitacional emerge com as suas particularidades e suas imbricações junto ao processo de favelização na cidade. Nesse cenário, a Vila Autódromo se constitui com a expansão do mercado imobiliário em direção à Zona Oeste junto às primeiras grandes construções no local. Analisa-se o espaço ocupado e produzido por ela enquanto espaço de resistência, refletindo sobre os seus sentidos nesse momento de emergência.

No segundo, aborda-se a intensificação da expansão para a Zona Oeste, estimulada pelo crescente interesse do capital sobre essa região em meio à financeirização da terra, onde surgem as primeiras ameaças de remoção, sobretudo aquelas relacionadas aos megaeventos sediados

na cidade do Rio de Janeiro. Reflete-se sobre os impactos desses prenúncios sobre os moradores enquanto técnicas do poder estatal para inculcá-los inseguranças, e nesse ínterim, também sobre as suas articulações com instituições e movimentos de luta por moradia a fim de organizar-se na luta por permanência e acesso a serviços públicos na busca por direito à cidade.

No terceiro, já no período das remoções propriamente ditas, as estratégias e táticas aprimoradas pelo poder público para retirar a Vila Autódromo, primeiro com o uso intensificado da coerção, da manipulação e das negociações que tornam-se parte do cotidiano dos moradores. Acerca disso, pondera-se a respeito dos sentidos das ações estatais para a comunidade e para o mercado imobiliário. Posteriormente, com a aproximação das Olimpíadas, o gradativo aumento da violência empreendida pelo Estado em face dos moradores no intuito de removê-los a qualquer custo, analisa-se os impactos desses atos na vida dos moradores e de que maneiras isso se reflete na luta por direito à cidade, em termos dos sentidos que adquire ao longo do tempo. Com a remoção da maior parte da comunidade e a parcial efetivação do planejamento urbano da prefeitura para a comunidade, busca-se pensar o que significou todo esse processo para os moradores e, assim, para a cidade.

2 ESPAÇO EM CONSTITUIÇÃO: A VILA AUTÓDROMO NA DINÂMICA DO PODER DO RIO DE JANEIRO

O Rio de Janeiro é, historicamente, local de disputas pelo espaço urbano e esse conflito permanente, protagonizado por atores pertencentes a diferentes classes sociais, no cumprimento de papéis sociais e políticos diversos e antagônicos, o que é capaz de explicar a cidade como hoje a percebemos. Nessa luta, as favelas sempre foram palco de grande parte dos embates, e para compreender a situação em que se encontram atualmente é preciso analisar a sua origem, como se deu o seu surgimento e o teor das políticas que foram adotadas a seu respeito ao longo do tempo, necessariamente intercaladas pelas lutas sociais que as interpelam e são por elas afetadas. Assim, esse processo só pode ser compreendido no contexto das relações sociais capitalistas e de todos os discursos e práticas instrumentalizados na consolidação de um projeto de classe.

A Vila Autódromo, enquanto favela do Rio de Janeiro, se insere nesse contexto e é diretamente afetada por ele. Se constitui em meio às continuidades e descontinuidades da cidade e expande imbricada com os processos e jogos de força que tomam forma pela e na cidade.

2.1 Espaço em um projeto de classe: as favelas como subproduto indesejado e funcional

Porque eu tô com sessenta e dois anos e isso acontece comigo desde os catorze. Em sessenta anos não houve nenhuma melhora. [...] Aqui [Ilha dos Caiçaras] pra mim foi

a melhor época da minha vida, na minha adolescência, na minha infância. [...] Na época, a gente saiu daqui porque o governo, na época o Lacerda, dizia que a gente tinha que sair daqui porque a gente agredia o meio ambiente. [...] Mentira. Na verdade, o que eles queriam fazer aqui era uma limpeza social. [...] Eu lembro, os caminhões encostavam, a gente fomos pegos de surpresa [...] Quando eu subi a estrada do Joá, eu lá em cima, as lágrimas descia dos meus olhos porque eu tava saindo de um lugar que eu conhecia, que eu gostava, e tava indo pra um lugar que eu nem tinha ido visitar antes, eu tinha. Muitas outras favelas de outros lugares se misturaram ali [Cidade de deus]. Não tinha como as pessoas morarem ali sem se sentir em uma selva de pedras. [Posteriormente, ali] Eles tinham o interesse de fazer a linha amarela, e aí foi feita a remoção das casas da cidade de deus, e a minha casa, a qual o governo me tirou e colocou ali, tava justamente nesse trajeto. E aí eu tive que novamente ser removido. Quando eu saí da cidade de deus e fui morar na Vila Autódromo, eu fui morar num paraíso. Quando você vive em harmonia com os teus vizinhos, seu dia a dia é feliz. Aqui era um lugar muito calmo, um lugar pra se criar filhos. Quando eu cheguei na Vila Autódromo eu percebi que as questões da remoção tavam ali muito presentes. (Entrevista concedida por Altair Guimarães a Thomson Reuters Foudation, apresentada em 24 de abril de 2017)

Removido três vezes durante a sua vida, em longa conversa Altair conta com pesar como foram marcantes os momentos em que foi forçado a sair de seu lar e se afastar, ainda adolescente, de tudo o que conhecia. Não apenas de Altair, tampouco da Ilha das Caiçaras, da Cidade de Deus ou da Vila Autódromo, essa é a história das favelas do Rio de Janeiro, da trajetória de uma população que, empobrecida, vê nas favelas sua única possibilidade de moradia. Uma vez ali, vínculos natural e culturalmente se formam e são, ao longo do tempo, fortalecidos, tanto entre si, quanto com o lugar que habitam, com a casa que construíram. A remoção chega e aos moradores não é dada escolha. Mesmo antes disso, o clima de permanente insegurança se instaura após qualquer anúncio do poder público acerca da possibilidade de remoção.

A história do Rio de Janeiro é a história das remoções, até mesmo antes das favelas. É essa a história que se busca contar, através da trajetória da cidade e, especialmente, da Vila Autódromo. Para tanto, é preciso retornar às origens das favelas e da questão urbana na cidade analisada.

A abolição formal do modelo de escravização de pessoas negras, em 1888, resultado de tensões internas e pressões internacionais, bem como da necessidade de mão de obra abundante e barata pelo mercado, gera um aumento populacional urbano inédito no país. A população do

campo é atraída para as cidades em razão das promessas de ofertas de trabalho que uma industrialização morosa e reduzida deveria promover (GONÇALVES, 2013).

Somada a essa população de ex-escravizados, em virtude de uma política de embranquecimento da população, bem como a fim de garantir mão de obra farta, na mesma época o Brasil estimulou maciçamente a migração europeia, de modo que a massa trabalhadora cresceu ainda mais.

Gonçalves (2013) aduz que assim como os ex-escravizados, os imigrantes chegam ao país e são impedidos de acessar a terra, de modo que buscam instalação nas cidades, onde há, a princípio, alguma oferta de emprego. Entretanto, logo é formado um verdadeiro “exército de reserva”¹, que o mercado não pode, e tampouco lhe interessa, absorver. Diante disso, algumas transformações começam a acontecer no espaço urbano em razão da necessidade própria do novo modelo de produção, o de que o operariado resida na região central, próximo ao local de trabalho, às fábricas e aos mercados.

As cidades antigas, portanto, expandem-se em extensão territorial e em número de habitantes, oriundos do intenso movimento de êxodo rural existente até os dias atuais, atendendo às necessidades e os interesses das fábricas localizadas em seus arredores. E assim, a industrialização e a urbanização nascem e crescem juntas, são dois elementos do mesmo processo, inseparáveis, pois unidos em sua origem (LEFEBVRE, 2011, p. 16), ainda que não sem particularidades e conflitos.

Rafael Soares Gonçalves (2013) narra que com o crescimento da população urbana² e a precariedade das condições de trabalho, as camadas mais pobres, majoritariamente negras, não têm outra opção que não ocupar os cortiços que se multiplicam na região central do Rio de Janeiro. Os prédios exibem estruturas absolutamente inadequadas para comportar o grande número de famílias inteiras que se agrupam em pequenos cômodos e as condições higiênicas apresentadas por essas edificações são efetivamente inadequadas, tornando o ambiente insalubre.

Fundadas em um discurso de tom higienista que marginaliza o segmento mais pobre da população mais do que se preocupa com questões reais de saúde pública, são promovidas

¹Segundo Carcanholo e Amaral, o exército de reserva se refere a: “esta população excedente [que] é produto necessário da acumulação e é, simultaneamente, sua própria alavanca, tornando-se condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista. A dialética da questão – e isto é fundamental – está no fato de que, ao reproduzir este sistema e permitir que haja ampliação da riqueza ou do capital social, a população trabalhadora produz as condições que a tornam relativamente supérflua a este mesmo modo de produção.”

² Entre 1872 e 1900 a população brasileira praticamente dobrou em números absolutos (aumento de 9.930.478 para 17.438.434 durante o período analisado), conforme GONÇALVES, Rafael Soares. *Le droit, la politique et l'accès au sol urbain. L'histoire des favela à Rio de Janeiro*. *Journal des Anthropologues*. Paris. 104, 105. p. 37 a 63. junho de 2006. Disponível em: <https://journals.openedition.org/jda/418>

políticas habitacionais nas primeiras três décadas do século XX que buscam extirpar os cortiços da cidade (VALLADARES, 2000). Tais políticas se legitimam a partir de um discurso de proteção do Estado. Mas na verdade, isso ocorre porque apesar da necessidade de manutenção dos empregados próximos aos locais de trabalho, outro interesse se sobrepõe a este: o do mercado imobiliário. Lefebvre (2006) situa o momento em que o imobiliário ganha destaque: “O “imobiliário” (com a “construção”) cessa de ser um circuito secundário, um ramo anexo e durante um longo tempo atrasado do capitalismo industrial e financeiro, para passar ao primeiro plano. Desigualmente: de acordo com os países, os momentos, a conjuntura.”

A região central torna-se cada vez mais valorizada enquanto uma espécie de “centro empresarial”, cuja expansão é fundamental à garantia do seu desenvolvimento. Nesse cenário, os cortiços, até então ocupados sob a forma de aluguel para a camada mais pobre da população, não mais representam para seus proprietários fonte de renda apta a competir com aquela ofertada pelo empresariado (GONÇALVES, 2013)

Em “O direito à cidade”, Lefebvre analisa o papel central desenvolvido pelo que denomina “fenômeno urbano”, a partir da industrialização ascendente do final do século XIX, quando a lógica comercial e bancária é substituída pelo capitalismo concorrencial (LEFEBVRE, 2011). Segundo o autor, as cidades antigas reuniam uma produção artesanal e local própria, nelas se encontrando ateliês e pequenas oficinas de todos os tipos, responsáveis por abastecer cada região com o necessário à sua sobrevivência. A expansão da industrialização modifica por completo essa lógica, pois embora as fábricas, em sua maioria, estejam situadas fora das cidades, próximas a fontes de energia, meios de transporte e matéria prima, ela precisa essencialmente de reserva de mão de obra, a qual é encontrada (em parte até mesmo já especializada) dentro delas. Em verdade, as cidades são capazes de fornecer a essa indústria crescente os meios de produção necessários em um pequeno espaço: matéria-prima, mão de obra e ferramentas (LEFEBVRE, 2011, p. 15).

Nessa toada, o autor analisa a política urbanística de caráter funcionalista adotada durante o período bonapartista em Paris, idealizada por George Haussmann e inspirada por noções higienistas. Tal política consiste na divisão da cidade em zonas, com uma expansão para os arredores da cidade - subúrbios -, retirando a população mais pobre do núcleo urbano e reservando o centro para os negócios e a moradia das classes mais abastadas

Lefebvre critica essa forma de “urbanização desurbanizante”, que, como argumenta, segrega os pobres para os pavilhões construídos nos subúrbios, espaços criados com fins meramente residenciais, retirando-os não apenas do centro enquanto local assim caracterizado geograficamente, mas do núcleo onde se situa a realidade urbana, as ruas, praças, locais de

encontro, furtando-os da capacidade de produzir e participar de atividades urbanas (LEFEBVRE, 2011, p. 18).

A partir do início do século XX, é promovida no Rio de Janeiro uma reforma urbana elaborada pelo engenheiro Pereira Passos, que segue exatamente o modelo já adotado por George Haussmann³ em Paris. No caso do Rio de Janeiro, os objetivos centrais consistem no alargamento das vias, no saneamento do porto e na ampliação da rede de transporte público para ligar o centro aos bairros próximos. Aqui entra o eixo que orienta toda a política desenvolvida: o zoneamento da cidade. Desse modo, a região da orla marítima - zona sul, destina-se à moradia das classes mais abastadas; os subúrbios à residência das classes média e baixa; a zona rural, mais afastada do centro, às atividades campesinas; e, por fim, o centro para trabalho e negócios (GONÇALVES, 2013).

No Rio de Janeiro, movida por essa necessidade de permanecer no núcleo do tecido urbano, a população expulsa dos cortiços em razão da reforma que ocasionou a demolição da maioria deles, ou segue em direção aos subúrbios ou, sem meios para arcar com os custos que a moradia distante gera, ocupa os morros da região central. Em realidade, desde o *boom* populacional da segunda metade do século XIX, os morros da cidade do Rio de Janeiro passam a ser ocupados de forma precária por aqueles que não podem suportar os altos preços de aluguéis na cidade, constituindo o que Lílian F. Vaz (2002 *apud* GONÇALVES, 2013) chama de “formas embrionárias de favelas”. Mas é com a remodelação urbana provocada por Pereira Passos que há uma expansão inédita da construção de moradias nos morros e, com isso, as favelas são efetivamente formadas (MARICATO, 1997).

Essa expulsão provoca transformações intensas no tecido urbano, tanto para expandi-lo além do centro e orla marítima, como para modificar esses territórios já parcialmente ocupados, através da produção de um espaço ainda não cogitado. Isso gera, por fim, o que Maricato (2013) denomina de “tragédias urbanas brasileiras”, isto é, a confluência entre a ausência de direitos sociais e políticos básicos, agravada pela violência.

Portanto, esse período fica marcado pela expansão e espalhamento das favelas por toda a cidade, contando inclusive com certa tolerância por parte do poder público municipal, pois a

³ Entre os anos 1850 e 1870 foram promovidas pelo Barão George Haussmann, então Gironde de Paris, diversas reformas que modificaram fundamentalmente a cidade. O projeto de divisão e segregação da cidade tornou-se um estilo “haussmaniano”, e que influenciou reformulações em diversas outras cidades do mundo, inclusive o Rio de Janeiro. PORTO, Aline L.G. et al. A influência “haussmanniana” nas intervenções urbanísticas em cidades brasileiras. Encontro Latino-Americano de Pós-graduação, 7., São José dos Campos. Disponível em: >http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007< Acesso em: 12 de agosto de 2021.

industrialização e a expansão do mercado imobiliário exigem a manutenção de uma mão de obra abundante e baixíssimos salários.

Ademais, a ausência de serviços públicos no geral torna-se latente. A (in)atividade do poder público nesse sentido é explicada pelo seu interesse em manter um cenário de “suspensão jurídica” nas favelas. Desse modo, Rafael Soares Gonçalves (2013) esclarece que embora haja relativa permissividade no que tange à permanência e expansão das favelas, seu caráter precário e provisório é condição para isso, visto que não há intenção de integrar essas novas massas ao tecido urbano.

Importante frisar que diante da ausência de infraestrutura mínima e de segurança jurídica quanto à sua permanência, os habitantes dos morros buscam, por iniciativa própria e coletivamente, meios de acesso às suas necessidades básicas. Denis Merklen (2006) pontua que há, desde a formação das favelas, a construção paulatina de uma identidade coletiva própria, baseada no empenho pela conquista de seus interesses, visando a elaboração e a defesa do território ocupado.

O discurso higienista, tanto em seu aspecto sanitário, quanto moral, antes direcionado aos cortiços, passa agora a dirigir-se às favelas, motivando o início de uma nova linha política no que tange ao seu tratamento. Assim, no final da década de 1920, a legislação municipal é modificada e inaugura uma característica marcante das políticas habitacionais cariocas: a tentativa de controle do crescimento das favelas nas regiões centrais e próximas à orla marítima, isto é, nas áreas nobres, de modo a relegar essa população aos subúrbios mais afastados, expulsando-as progressivamente do acesso à cidade. Isso se dá através da proibição legal de barracos, típicos desses locais, nos morros de determinadas zonas da cidade⁴. O propósito desse marco legal é precisamente resolver o “problema” representado pelas favelas para garantir os pilares do urbanismo promovido na cidade do Rio de Janeiro desde Pereira Passos: saneamento, embelezamento, circulação e segregação territorial (GONÇALVES, 2013).

O cenário de industrialização crescente e conseqüente desenvolvimento econômico traz consigo um fortalecimento da classe trabalhadora, que se mobiliza em prol de seus direitos e, em alguma medida, durante o governo de Getúlio Vargas de fato os conquista (GONÇALVES, 2013).

Nesse panorama de mobilizações, a questão da moradia vem à tona como matéria urgente. O executivo federal é pressionado tanto pelos trabalhadores, que buscam moradias a

⁴ Lei nº 2.087 de 19 de janeiro de 1925. Art. 203: A construção de casas de madeira só será permitida na quarta zona, e nos morros situados fora da primeira zona, não sendo, entretanto, nos morros de Santa Thereza, da Glória, da Viúva, do Pasmado e se Santa Maria.

preços mais populares, quanto pelo empresariado, interessado em uma organização do espaço urbano que lhe forneça mão de obra barata e lucros com o mercado imobiliário, de modo que se esboçam as primeiras políticas nacionais de habitação (GONÇALVES, 2013).

As favelas, por sua vez, são alvo de uma erradicação em massa, especialmente no distrito federal⁵, onde a promulgação do Código de Obras de 1937 significa a continuidade às políticas de zoneamento e, conseqüentemente, à supressão das moradias precárias nos morros. Mas com a questão das favelas já imposta, pela primeira vez há uma definição legal do fenômeno, associando-as à ilegalidade e à desordem⁶. É reforçado juridicamente um estigma que legitima e naturaliza a violência estatal contra essas populações, com a anuência das classes média e alta. Apesar disso, há relativa tolerância à formação e expansão das favelas pois a alternativa viável tanto aos interesses do mercado quanto do poder público é a sua existência, inclusive jurídica, mas de um modo tal que a sua integração à cidade se torna impossível e esse espaço não goza de legitimidade suficiente para que sejam implantadas políticas públicas (VALLADARES, 2000). São espaços ao mesmo tempo funcionais e marginais da cidade. Portanto, a precariedade, a subvida, é sua condição permanente, que a mantém em uma espécie de limbo entre a esperança e a insegurança material e psíquica.

Com planos de remoção, sobretudo nas regiões nobres, a municipalidade, no início da década de 1940, cria parques residenciais para os favelados removidos, onde permanecem de maneira provisória para em seguida serem transferidos a moradias sociais fixas - as quais nunca são construídas. Gonçalves (2013) narra que moradores de favelas em todo o Rio de Janeiro, contrários a essa medida em virtude do seu caráter autoritário e não obstante provisório, mobilizam-se em comissões a fim de evitar possíveis realocações. A partir delas formam-se grande parte das associações de moradores de favelas, as quais são consolidadas como pontos de articulação política, especialmente com o fim do Estado Novo.

Na luta de classes em que se engajam os atores sociais aqui descritos, não apenas a atuação estatal tem reflexos. O Partido Comunista expressa uma oposição organizada no empenho de esforços em sentido contrário aos interesses do capital. Assim, passa a atuar nos mais diversos setores e seu discurso exerce fortes influências, especialmente sobre a classe

⁵ Até o momento, o Rio de Janeiro ainda era a capital do país. Logo, até a transferência para Brasília, o termo distrito federal é usado como sinônimo da cidade do Rio de Janeiro.

⁶ Art. 349: A formação de favelas, isto é, de conglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacordo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida.

§1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção.

trabalhadora e as camadas mais pobres da população. A fim de ampliar mais ainda as influências de suas ideias, procura estabelecer comissões democráticas nos bairros dos subúrbios e subcomissões nas favelas, e nelas suscitar um discurso crítico e até mesmo revolucionário. Dessa forma, um discurso de caráter questionador floresce (AZEVEDO E ANDRADE, 2011).

Ante os avanços dos ideais revolucionários, a politização das favelas e as fortes pressões dos trabalhadores em todo o país, a oposição conservadora lança em 1946 o programa que marca o período populista: a Fundação da Casa Popular (FCP). Trata-se do primeiro plano nacional que promove uma política habitacional direcionada à oferta de residências populares. Embora seja esse o objetivo inicial, logo adquire novas atribuições⁷ e passa a atuar em áreas afins, tornando-se um órgão encarregado por política urbana lato sensu. Assim, fica evidente a necessidade não apenas de proporcionar habitação a custos baixos, mas também uma infraestrutura adequada. Apesar disso, o acúmulo de funções impede a FCP de operar satisfatoriamente, uma vez que não tem respaldo político, tampouco receita para tanto. (AZEVEDO E ANDRADE, 2011).

Diante de todas as dificuldades enfrentadas, em 1952 é realizada uma adequação dos objetivos institucionais da autarquia de modo a torná-los factíveis. Posteriormente, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a FCP recebe grandes incentivos fiscais e verdadeiros aportes monetários para a construção de residências. Apesar disso, uma vez que o seu financiamento é quase exclusivamente federal e, portanto, depende da distribuição interna de recursos e da situação econômica na qual o país se encontra, a inconstância de recursos persiste e poucos são os resultados dessa política na questão habitacional (AZEVEDO E ANDRADE, 2011).

Além disso, na formação dos conjuntos são estabelecidas relações clientelistas no momento da seleção dos candidatos e da escolha dos locais onde eles serão construídos (GAWRYSZEWSKY, 2007). Com o fim das obras, o contato com a administração permanece através dos técnicos, que fazem vistorias de tempos em tempos, evidenciando o autoritarismo com o qual os moradores precisam lidar.

Mesmo com todas as tentativas de reformulação, a autarquia não logra êxito em seu objetivo inicial de implantar uma política habitacional com alcance nacional, pois em quase 20 anos de existência apenas 17.000 moradias são levantadas - a própria FCP declarou em 1952

⁷ Decreto-lei nº 9.777 de 06 de setembro de 1946. Brasil. Leis, decretos etc. Decreto-lei nº 9.777, de 6 de setembro de 1946. Lex: Coletânea de Legislação: legislação federal e marginalia, S. Paulo, 10, pp. 753-6, 1946. Citações retiradas da p. 755.

que o déficit habitacional era de aproximadamente 5 milhões de moradias⁸. Azevedo e Andrade (2011) argumentam que o seu fracasso resulta do caráter pontual e emergencial das ações promovidas, que não tem por objetivo real buscar uma solução estrutural para a crise habitacional, mas sim angariar simpatia das massas, que se traduziria em votos e prestígio.

No âmbito local também são empreendidos esforços para frear os avanços dos ideais revolucionários entre a população. Em virtude da ampliação do debate sobre a inserção social das favelas na cidade e a premente necessidade de combater as influências políticas mais radicais nesses territórios que apenas crescem, são criadas duas instituições pela Igreja Católica em parceria com o executivo municipal: a Fundação Leão XIII e a Cruzada de São Sebastião, em 1947 e 1955, respectivamente (GONÇALVES, 2013).

As duas instituições têm por objetivo diminuir as influências comunistas nas favelas, estabelecendo-se nesses territórios através de melhoramentos nas condições sanitárias e urbanísticas. Trabalham também para fortalecer os vínculos entre os moradores, de modo que participam da criação e da consolidação de diversas associações, sobre as quais pretendem ter certo controle a fim de extirpar os ideais revolucionários já arraigados em muitas das favelas. Apesar das diferenças entre as instituições, inclusive no que tange aos seus objetivos, ambas perdem seu poder nas favelas.

Por outro lado, as intensas pressões exercidas por proprietários dos terrenos onde se situam as favelas, através do ajuizamento de ações de despejo, geram articulações que resultam na criação da União dos Trabalhadores Favelados. Sua finalidade inicial é angariar fundos para custear os processos judiciais, mas logo transforma-se em uma organização defensora dos direitos dos favelados, a fim de romper com a sua segregação e vulnerabilidade social, até, por fim, tornar-se uma espécie de estrutura supralocal que interliga as favelas em torno de um discurso crítico à concepção pária que as envolvia. Ante as suas propostas, que de fato tem reflexos nas ações promovidas, é fechada em 1957 e embora substituída por outra organização, a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Rio de Janeiro, o caráter combatente se perde junto com o arrefecimento da militância comunista (GONÇALVES, 2013). São já as protoformas da ditadura que se anunciam.

Os anos antecedentes à ditadura portanto, são marcados pelo surgimento e crescimento de associações de moradores em meio aos embates entre uma militância comunista muito influente e uma oposição fragilizada pela difusão de um discurso crítico. Nesse cenário, os

⁸ BRASIL. FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR. FCP, sua vida e suas atividades (resumo). Rio de Janeiro: 1952, mimeo, p. 08.

favelados, organizados por meio de associações ou comissões, podem contar com as articulações feitas com diversas organizações da sociedade civil e com parlamentares (vereadores, deputados, etc.), de modo que embora muitas dessas relações tenham cunho clientelista, algumas conquistas são obtidas. No entanto, a crise habitacional se mantém durante todo esse período e os esforços pontuais dos governos nacionais e locais não são suficientes para aplacá-la.

Imprescindível para o estabelecimento de melhorias nas condições urbanísticas e sanitárias das favelas - as quais não significam, todavia, mudança no seu status jurídico ilegal -, a militância comunista perde paulatinamente força nas bases. Enquanto isso, a elite conservadora alia-se aos militares no suposto intento de impedir uma revolução e então, em 31 de março de 1964, com o golpe a João Goulart, tem início o período ditatorial. Cabe pontuar aqui o que Florestan Fernandes (1980) entende tratar-se de uma contrarrevolução preventiva, uma vez que a suposta ameaça comunista consiste apenas em propostas de reforma de base (uma delas relativa a habitação).

Gonçalves (2013) aponta que a partir de então as ações públicas voltadas para as favelas são abafadas, as relações clientelistas, rompidas, as organizações da sociedade civil têm suas atribuições cada vez mais reduzidas - processo que tem início já no começo da década de 1960, com o declínio das práticas populistas de governo -, e os movimentos sociais e associações de moradores são coibidas. A política de tolerância precária oficialmente tem fim e as favelas e as mobilizações outrora desenvolvidas são não apenas ilegais, mas caso de polícia. Trata-se apenas da retomada de uma tendência nacional desde os seus primórdios, resolver o que é questão social com violência estatal. Assim, encaradas como ameaça para a cidade formal, esses territórios deveriam ser suprimidos e para isso as políticas habitacionais baseadas no financiamento de crédito às empresas para a construção de moradias, tem continuidade de maneira mais acentuada.

O padrão na relação Estado/favelas no Brasil consiste precisamente nessa prática em que ora são toleradas - em suspenso -, ora são criminalizadas, de maneira que elas são constituídas pela transitoriedade que as define.

Com a intensificação da questão habitacional, em grande medida gerada por uma nova fase de industrialização e de grandes construções pela qual o Brasil passa durante os anos 1960, a opção que ainda se apresenta como viável para as classes populares e paupérrimas, permanece sendo a ocupação de favelas. Embora a repressão praticada pelo poder estatal às favelas aumente continuamente, as políticas públicas direcionadas à moradia popular consistem no financiamento da construção de habitações de baixo custo pelo Estado, cujo efeito é

invariavelmente a impossibilidade de arcar com o custo de vida nesses imóveis e o retorno dessas habitações ao mercado imobiliário, então dirigida às classes médias e altas. Na prática, essas políticas não solucionam o problema habitacional em andamento e tampouco é esse o seu objetivo. Com efeito, trata-se de uma terra apenas recentemente regularizada pelo Estado por meio de títulos de propriedade registrados que é então apropriada pelo capital financeiro e rentista e sobre a qual agiu e permanece agindo a especulação imobiliária (ROLNIK, 2019).

É nesse processo de produção do espaço da cidade do Rio de Janeiro e sua expansão para áreas ainda praticamente inabitadas que, no início do período ditatorial no Brasil, em meio a uma crise habitacional, políticas repressoras às favelas e de financeirização da terra, tem início a ocupação e produção daquele que é hoje denominado de Vila Autódromo. Ainda que nesse momento não sofra diretamente com os impactos mais cruéis dessa política, desde a sua constituição e ao longo de sua trajetória, a luta é não somente por moradia, mas pelo direito à cidade. Mais ainda, o direito a um modo de vida, a um espaço diferencial, que escape ao espaço abstrato do controle.

2.2 Vila Autódromo: produzir um espaço e nele produzir-se.

Quando eu cheguei lá foi em 2002, na verdade eu já conhecia aquela área ali da Vila Autódromo desde os meus 8 anos de idade. A Vila Autódromo ainda não existia, mas onde era vila, que passou a se chamar Av. Autódromo, era uma trilha que tinha de pescadores que se embrenhavam assim pelo matagal, pela vegetação nativa, pra chegar na lagoa pra pescar. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

É nesse cenário que a zona oeste do Rio de Janeiro, na região próxima à Lagoa de Jacarepaguá, abriga uma ocupação por pescadores que se instalam ali de forma provisória durante o período de pesca. A lagoinha, como denominada por eles, não tem, então, infraestrutura mínima (fornecimento de água e rede elétrica) e é praticamente deserta (MUNCH, 2017).

E a Vila Autódromo, quando as famílias chegaram lá, [...] não tem como dizer uma data exata, pois já havia umas pouquíssimas pessoas que chegou lá na beira da lagoa e levantavam as palafitas [...] e ali eles se protegiam quando chovia essas coisas, guardavam as coisas deles, pescadores da época, e acabavam residindo aos poucos por ali. Dalí começava as famílias a frequentar. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

Assim como ocorre na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, período das reformas de Pereira Passos, a zona oeste é dividida conforme essa mesma lógica urbanística

funcionalista⁹. Apesar da segmentação em acordo com a finalidade a que se destina - centro comercial, moradia ou outras - a zona oeste é uma região ocupada por classes abastadas da sociedade carioca e inteiramente planejada segundo os seus interesses. Ao contrário de uma cidade, não há qualquer parcela de seu território destinada a moradias de menor custo. O direito à cidade já está, no que diz respeito a essa lógica do capital, cortado.

Resta aos trabalhadores instáveis das obras na região, precisamente por essa inconstância, se instalarem precariamente no local. Sua única opção para permanecer, assim como ocorre na cidade do Rio de Janeiro desde o começo do século XX, é a ocupação de territórios ainda vazios, onde é possível ter acesso, mesmo que clandestino, a alguns serviços públicos essenciais básicos, tais como energia e água (TANAKA *et al*, 2018)

Essa ocupação se dá em regimes de posse que podem ser ilegais ou paralegais, podem ser apenas tolerados ou ignorados, ainda que momentaneamente, pelo poder público ou de alguma forma legitimados por um conjunto de leis que a reconheçam (ROLNIK, 2019). Como é o caso em análise, não se trata nem mesmo de uma violação à legislação vigente, uma vez que a terra encontra-se vazia e, especificamente a Vila Autódromo, é objeto de disputa posterior entre o Estado do Rio de Janeiro e a prefeitura da capital. Rolnik (2019) comenta que “[...]mesmo numa situação que parece, a princípio, claramente configurada como ilegal, a presença dos ocupantes pode não ser imediatamente contestada, levando muitas vezes à consolidação da ocupação.”. É nesse contexto de transitoriedade, de liame entre o legal e o ilegal, que a Vila Autódromo começa a se formar.

No final da década de 1960, com a expansão do mercado imobiliário e o seu interesse cada vez mais latente na zona oeste do Rio de Janeiro, que até então estava praticamente desocupada, é sancionado o Decreto-lei nº 42/69. Trata-se de um projeto piloto visando ordenar as construções na baixada de Jacarepaguá e na Barra da Tijuca para desafogar as outras áreas da cidade, já densamente ocupadas. O projeto foi idealizado pelo urbanista Lúcio Costa segundo os mesmos moldes de Brasília, o qual, pautado em uma visão funcionalista, propõe a divisão da área em sub-regiões com seus respectivos propósitos: moradia; centro comercial; espaços de lazer; etc. O decreto, portanto, cria normas rígidas de zoneamento, assim como para edificações em cada uma dessas sub-regiões, a depender da sua finalidade específica, de modo a garantir obediência ao plano piloto. (NABACK, 2016, p 103, *apud* REZENDE, LEITÃO, 2004)

⁹ Faz referência à tentativa de superar a desordem que caracteriza o espaço urbano através do estabelecimento de uma nova ordem urbana, por meio de um planejamento que busca garantir que a cidade seja funcional (aos interesses do capital).

Esse segregacionismo busca dar à cidade uma função dentro da lógica capitalista. No uso da mão de obra barata, dos recursos, tratados como se infinitos fossem e dos meios de produção modernos, o capital é capaz de produzir em grande escala. A produção gera lucros que são reinvestidos, em razão da lei da concorrência (caso alguém não invista, outro o fará), resultando em um crescimento composto da produção, bem como do lucro (HARVEY, 2014). No entanto, a população é incapaz de absorver toda a produção, de modo que ela é apenas parcialmente absorvida pelas necessidades humanas, entrando em debate a problemática das sobras que não são consumidas. Sobre isso, David Harvey (2014) demonstra como o processo de urbanização e suburbanização das cidades modernas serviu com sucesso a esse propósito de absorção dos excedentes de produção do capital, através da ascensão de setores como a construção civil e da venda à população de um estilo de vida baseado no consumo. Nas suas palavras:

A política do capitalismo é afetada pela eterna necessidade de encontrar esferas rentáveis para a produção e absorção do excedente de capital. Desse modo, o capitalista encara vários obstáculos para manter uma expansão contínua e sem obstáculos. [...] a urbanização desempenha um papel particularmente ativo (ao lado de outros fenômenos, como os gastos militares) ao absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia. (HARVEY, 2014, p. 31 e 32)

Desse modo, todo o processo de desenho e redesenho urbano, como verificado tanto através da historicidade das políticas urbanas no Rio de Janeiro, quanto da expansão relativamente planejada da zona oeste, que removeu e realocou a classe trabalhadora para as regiões mais afastadas e para as favelas, segregando-as do núcleo urbano, se fez conforme as necessidades do capital de absorção das sobras da produção. Não apenas o processo de transformação da cidade serviu a esse fim, mas também o modo de vida vendido à população, transmutando qualidade de vida em mercadoria para aqueles que podem consumi-la. Em síntese, a cidade é convertida em fonte de absorção de excedente, primeiro através do constante redensolvimento urbano e, depois, deste aliado ao consumo (HARVEY, 2014), mesmo que isso ocorra sob outros pretextos. Nas palavras de Harvey (2014, p. 53): “um processo de deslocamento e desapropriação também se encontra no cerne do processo urbano sob o capitalismo. Essa é a imagem especular da absorção do capital por meio do redensolvimento urbano.”.

É então que, para dar seguimento ao plano elaborado por Lúcio Costa, a região da Barra da Tijuca passa por muitas transformações advindas de investimentos públicos maciços, em resposta à expansão do mercado e sua urgência por infraestrutura que acompanhe sua ampliação. Após o aterramento de parte das lagoas, as primeiras construções são o Autódromo

de Jacarepaguá e um condomínio da Aeronáutica, os quais dão espaço, posteriormente, para outras edificações (TANAKA *et al*, 2018).

Assim constitui-se a Vila Autódromo, através da ocupação da região próxima ao autódromo e à lagoa por trabalhadores locais, que buscam se acomodar ali pela necessidade de estar perto do local de trabalho, e por parcela dos pescadores que, principalmente de forma provisória, já estavam no local e acabam por também se estabelecer ali. A instalação dos seus primeiros moradores acontece graças à proximidade com o autódromo, de onde é possível puxar água encanada e energia elétrica, ainda que de maneira rudimentar (MUNCH, 2017).

Dessa maneira a Vila Autódromo ganha contornos. O espaço vai ganhando outras formas, na medida em que são feitos loteamentos pelos próprios moradores em razão da necessidade de organizar a vila, que apresenta um crescimento inédito e começa a abrigar não apenas os pescadores, mas também outros trabalhadores locais, principalmente operários. Esse processo não é exclusivo da Vila Autódromo. As favelas que já existem de forma diminuta na área da Barra da Tijuca se expandem e se multiplicam, tendo em vista as oportunidades de emprego ofertadas na região e a necessidade de proximidade ao local de trabalho (TANAKA *et al*, 2018). Como lembra Jane, antiga moradora:

[...] Os trabalhadores que foram contratados pra trabalhar no primeiro autódromo, na década de 1970, eles tinham as dificuldades, muitos eram de famílias distantes, que eram contratados pra ali. Nessa época não tinha essas pistas que eu falei sobre e era trilha, até os caminhões eram aqueles antigos *fênême*, e passavam carregados de peão, na época era assim, os caminhões superlotados vindos do interior e aí essas pessoas começaram a trazer suas famílias para mais próximos deles porque ficava difícil mesmo eles ficarem longe das famílias. Então a Vila Autódromo foi formada assim. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

O primeiro momento de ocupação é caracterizado pelo que costuma ser denominado autoconstrução do espaço, característica que não somente acompanha a trajetória da Vila Autódromo, como é um pilar fundante dela. Em realidade, a história das favelas brasileiras é, desde a sua gênese, uma história de autoconstrução forçada, em razão da negativa constante de direitos sociais e civis básicos aos seus moradores, que os leva a, por si mesmos, individual ou coletivamente, edificar não apenas suas próprias casas sem o suporte técnico adequado, mas também a infraestrutura de que necessitam para manter-se ligados ao tecido urbano (MARICATO, 1982).

Essa negativa de direitos tem um propósito dentro da lógica funcionalista do urbano. O modo de produção capitalista exige, para o seu correto funcionamento, a concentração de uma mão de obra barata que exerça suas funções nas condições postas, isto é, precárias. Sobre isso Rolnik (2019) esclarece:

[...] Tal modelo necessita e reproduz uma parcela “sobrante” de mão de obra ao não torná-la proletária e não garantir suas condições de reprodução integralmente, reproduzindo formas de trabalho e produção ligadas à sobrevivência. A presença desse contingente populacional, assim como de suas atividades “informais”, responderia então a uma dupla necessidade da acumulação no capitalismo periférico: manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e garantir um “exército industrial de reserva” permanente. A existência de um grande contingente populacional de pobres e destituídos dos meios de produção nas cidades permitiria, assim, a manutenção de baixos níveis salariais. Essa é a condição sine qua non para a competitividade das empresas que operam na periferia do capital, que não contam com as economias de escala e de aglomeração e com a tecnologia de que gozam seus competidores nos países centrais. Por outro lado, produtos de consumo essenciais à sobrevivência – incluindo a casa –, ofertados de forma não monetária ou a um preço bastante baixo, permitem que esses salários sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital. (ROLNIK, 2019, p. 152)

O acesso desigual aos bens comuns, como é observado já na constituição da comunidade, serve aos interesses do mercado na medida em que gera a vulnerabilidade social necessária nos trabalhadores que, movidos pela carência material e sem poder contar com o poder público, ficam acuados, dependentes dos baixíssimos salários, insuficientes para a satisfação de todas as suas necessidades (MARICATO, 1982, p. 76).

Nesse contexto, a população empobrecida precisa buscar alternativas de produção e apropriação do espaço, de modo que a exploração constitui o espaço urbano a partir de ações coletivas e individuais, formando os assentamentos informais e as favelas, geralmente em locais, a princípio, desinteressantes para o mercado. (SANTOS, NASCIMENTO, s/d)

O impulso dos moradores por autoconstrução, movidos por esse combo negligência estatal e necessidades básicas, é também o que gera um potencial para aquilo que Holston (2013) denomina de cidadania insurgente. É a partir da criação da consciência de que são também produtores do espaço urbano, por intermédio da experiência de edificação de suas próprias casas e de seu entorno, que os moradores passam a sentir-se parte da cidade, logo portadores de direitos com relação a ela. Segundo o autor, essas práticas são capazes de modificar a subjetividade dos cidadãos e, assim, torná-los cientes e praticantes de sua cidadania (insurgente) (HOLSTON, 2013).

A Vila Autódromo surge precisamente dessa confluência entre a (in)atividade estatal e a necessidade premente dos seus moradores. É o que se extrai também do trecho abaixo:

[...] Com o decorrer do tempo, não lembro exatamente qual ano, a Vila Autódromo foi ampliada com a chegada das famílias, e eu tenho uma imagem assim muito vaga na minha mente, eu era adolescente já, não consigo lembrar a idade que eu tinha, mas eu tenho uma lembrança de chegando muita gente [...] em picape, carregando um monte de coisas, madeira, um número de pessoas se acomodaram ali, começou a ocupar. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

Com essa formação incipiente, vieram as demandas imediatas por infraestrutura urbana básica, como é comum nos processos de formação das cidades capitalistas, sem que o Estado

assuma tais necessidades, geralmente porque prioriza a infraestrutura necessária aos investimentos privados. Desse modo, diante da carência por esses serviços públicos, no caso da Vila Autódromo, o que também é praticamente uma regra, os moradores respondem aos poucos, utilizando recursos improvisados a partir das mudanças no espaço de seu entorno. É o que se pode notar na fala abaixo.

[...] Eu era criança, não sabia de fato o que estava acontecendo [...] essa chegada foi pouco depois que começou a ter água ali por perto, passou aquele cano grosso que chama barbará [...] vindo da Ayrton Senna, cortando pela Abelardo Bueno pra chegar na Salvador Allende pra poder distribuir água pro autódromo. E aí houve a possibilidade dessas pessoas chegarem e fazerem um puxado da água para dentro da comunidade, mas até pouco antes, quando a minha família chegou por lá, não tinha água nem luz, era luz de lampião de lenha, fogão de lenha ou querosene, ferro de carvão, coisa de interior mesmo, bem antiguidade, porque a gente ali como não tinha luz não podia ter geladeira. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

É possível observar que, assim como ocorre durante o surgimento das favelas do Rio de Janeiro no início do século XX (na região central e arredores), na zona oeste os assentamentos crescem na mesma medida da expansão do mercado. A necessidade premente do mercado imobiliário por mão de obra barata e abundante, traduzida às classes menos abastadas como oportunidade de emprego, gera, precisamente em virtude dos baixos salários, a busca por estabelecimento de residência em lugar próximo. Desse modo, o Estado, porque tem interesse na concentração de mão de obra ao mercado nesse momento, se mantém inerte, sem impedir ou suprimir o surgimento das favelas (ainda que, à época, fosse essa a política adotada em nível municipal e federal).

No início dos anos 1980 é editado o Decreto n. 3.046, de 27 de abril de 1981, que traz normas mais plásticas para novas edificações na região, e mudanças na política de zoneamento, flexibilizando, assim, o pilar estruturante do projeto piloto que guiou o crescimento da zona oeste nos anos 1970. O mercado imobiliário, movido pelo lucro advindo das constantes novas edificações, encontra solo fértil para a sua expansão desenfreada diante do abandono, pela prefeitura, do plano original (TANAKA *et al*, 2018).

A Vila Autódromo é então mais intensamente ocupada e tem seu crescimento muito atrelado ao da região em que se localiza, que se encontra em ostensiva expansão com as modificações legislativas recentes. Muitos trabalhadores das obras que se multiplicam na zona oeste enxergam na comunidade a possibilidade de estabelecimento de residência, de construção de um lar (MUNCH, 2017).

Assim, os anos 1980 representam, para a Vila Autódromo, um período de ampliação e organização interna, tendo em vista que o aumento de moradias exige uma infraestrutura até então desnecessária e que tampouco é prestada pelo Estado. Desse modo, a comunidade realiza

o loteamento do terreno e faz um desenho de arruamento por conta própria. (TANAKA *et al*, 2018).

Apesar dos investimentos públicos visando a oferta de serviços urbanos e a criação de infraestrutura na zona oeste, capaz de viabilizar a sua expansão, a Vila Autódromo, por sua vez, já enquanto comunidade que abrigava diversas famílias, permanece sem o mínimo de acesso ao sistema de serviços públicos. Desse modo, vai ganhando contornos urbanos por intermédio de um esforço coletivo de estabelecimento no local, com a construção, pela própria comunidade, de sistemas rudimentares de saneamento básico, abastecimento de água e energia, organização do lixo e etc. Tanto o loteamento do terreno e a sua organização em ruas, como a articulação dos moradores para, através de mutirões de construção e limpeza, estruturar o local, asseguram, no momento, o seu estabelecimento e são fatores que auxiliam no processo de resistência que experimenta a comunidade, premida pela precariedade material (TANAKA *et al*, 2018).

É somente através dos mutirões de limpeza e construção que a comunidade consegue se constituir, uma vez que as necessidades básicas de seus moradores não apenas por moradia, mas também por infraestrutura apropriada, tornam impossível a sua vinculação à cidade, no urbano, sem que eles próprios sejam autores desse processo. Para sobreviver e permanecer na cidade, essa é a única alternativa que resta à população de baixa renda (MUNCH, 2017). Precisamente por isso ela é atravessada e constituída pelos modelos e formas dados à cidade por esses interesses simbióticos mercado/estado e suas estratégias de poder e controle. Não está isolada, embora excluída.

Esse movimento pode ser compreendido, também, através das noções de produção do espaço urbano. Não apenas do espaço físico, das edificações, mas das relações que são construídas, dos vínculos formados.

Para compreender o processo de produção do espaço, é preciso analisar as movimentações estatais que buscam lidar com as crises do capitalismo, e assim acabam por produzir e reorganizar o espaço de modo a fragmentá-lo e homogeneizá-lo. Esse espaço produzido e ao mesmo tempo regulamentado pela ação estatal Lefebvre (2006) qualifica como abstrato. Júlia Franzoni (2018) esclarece que, segundo Lefebvre (2000), porém, o espaço abstrato mais quer ser, impor homogeneidade, do que de fato o é:

O espaço abstrato não é homogêneo; ele tem a homogeneidade por meta, por sentido, por “objetivo”. Ele a impõe. Contudo, ele mesmo é plural”. Na tríade estabelecida por Lefebvre, o imaginário do espaço abstrato envolve formas de “imaginar, conceber e representar” os espaços dentro dos quais a vida cotidiana, a acumulação de capital e a ação estatal podem se desenvolver. Como processo histórico, há que se reconhecer que por trás do conceito opaco de território que a abstração encerra, há a conflitualidade (o plural, em lefebvre) inerente à produção do espaço, que ameaça a estratégia estatal de sufocar os caminhos alternativos e desviantes presentes na

multiplicidade de formas de vida. As relações socioespaciais do capitalismo não podem ser subsumidas ou englobadas em qualquer sistema regulatório: a organização socioespacial é, portanto, inerentemente política, excessiva e sempre contestada (FRANZONI, 2018, p. 56).

Lefebvre (2006) rompe com a noção de que o desenrolar da história do modo de produção capitalista acontece dentro de uma estrutura já definida. Pelo contrário, entende que espaço, território e estado, confluem para então servirem como meio, e não obstante produto, das práticas sociais ocorridas em meio ao desdobramento do capitalismo. O autor percebe o papel fundamental do espaço nesse desenrolar, não como elemento estático, mas na relação com os demais e com atores diversos, todos munidos de estratégias múltiplas, e que a partir dessa imbricação é impossível negar o caráter heterogêneo do espaço.

Os interesses do Estado e do Capital, entretanto, sobre uma homogeneidade do espaço, um território inerte no qual a história se desenrola, são a razão pela qual, impossibilitados de verdadeiramente impô-la, buscam escamotear sua heterogeneidade através do que Lefebvre (2006) chama de “ilusão de transparência”. E o fazem porque essa ilusão, nas palavras de Franzoni (2018):

[...] quando travestida de território supostamente homogêneo e sem agência própria mascara e oculta estratégias políticas, culturais e econômicas – das guerras de conquista à guerra ao terror; dos apátridas à população em situação de rua; dos quilombolas ao sem teto; do desemprego à crise energética são todos processos de disputa material e simbólica que escancaram diferenças absorvidas e dominadas pelo espaço estatal de forma a manter sua lógica unitária de poder. As distinções de modos de vida são culturalmente reduzidas ao conceito de nação e de povo; a coletividade sem rosto com suposta vontade geral. As distintas fontes de autoridade e de organização das relações sociais são negadas, tendendo a centralizar o poder na forma de soberania estatal. (FRANZONI, 2018, p. 55)

Franzoni (2018, p. 56) esclarece que o espaço abstrato é, portanto: “inerentemente político – sendo instrumental e instituído pelo estado – “o espaço abstrato é, em resumo, produto político da estratégia espacial do estado de administrar, reprimir, dominar e centralizar o poder”.”

É possível inferir que a organização e produção do espaço pelo capital o torna funcional tanto à produção material quanto ao poder político. Logo, ao concentrar e hierarquizar espaços ocupados, retira deles o máximo de benefícios (LEFEBVRE, 1985). Nas palavras de Lefebvre (2006, p. 27): “a prática espacial consiste numa projeção “no terreno” de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, e isso sem abandonar por um instante o controle global, a saber o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder de Estado”

Para compreender as estratégias e técnicas do poder é preciso entender o espaço como participante ativo da produção cotidiana das relações sociais e das subjetividades. Isso porque

apesar do que faz parecer o Estado, o espaço não tem um papel passivo, ele é, em realidade, conflituoso e disputado, pois não solidamente determinado pelo Estado, mas fruto, e também terra, das relações sociais que se desenrolam em meio a ele (LEFEBVRE, 2006). A análise das problemáticas que se dão nos níveis mais reduzidos é fundamental para a compreensão dos conflitos entre as estratégias de produção do espaço mais próximas de uma noção de habitat ou de habitar. Desse modo, a produção e a organização cotidianas, pelos moradores da Vila Autódromo, desse espaço em disputa, em oposição aos planos da prefeitura, se mostra como uma alternativa para deixar emergir sua heterogeneidade.

Na década de 1980, a política da prefeitura do Rio de Janeiro e a subprefeitura da Barra da Tijuca baseia-se na promessa de urbanização das favelas, muito embora não ocorresse de fato, visto que os serviços públicos não chegam efetivamente às comunidades. O que ocorre é a tolerância à permanência dos moradores das favelas, sob o pretexto de uma futura urbanização (TANAKA *et al*, 2018).

Com o crescimento da comunidade e a latente necessidade de acesso a serviços públicos básicos que se avolumam e vão muito além daquilo que suas medidas iniciais dão conta, os moradores percebem a urgência de maior e mais sistemática organização em torno de questões coletivas, capaz de efetivamente atender às necessidades da população local (MUNCH, 2017). Sandra, moradora da Vila Autódromo até hoje, conta como era a vida na comunidade nesse período, inclusive esse processo de autoconstrução pelo qual passou:

A Vila Autódromo era uma comunidade, ela não modificava muito, ela parecia um vilarejinho de interior. Eu gostava muito daqui por isso, porque eu gostava muito de morar no mato, na roça, morava em Lumiar, Vargem Grande. [...] Antes de morar aqui na Vila Autódromo eu venho de um segmento de comunidades alternativas, então eu tenho essa relação com o campo muito forte, então eu gostava de morar aqui por isso. Eu não senti muito esse impacto porque a vila autódromo era chão de terra batida, não tinha asfalto, era uma comunidade pequena, [...] então todo mundo se conhecia. Nós tínhamos um parquinho pras crianças que foi construído pelos moradores, uma quadra onde as crianças jogavam, tinha campeonato de futebol, as festas de dia das crianças no final de ano eram todas aqui. Nós tínhamos uma ponte que atravessava o rio. Da comunidade pra Salvador Allende não tinha rua, era uma ponte que passava por cima do rio e do outro lado da rua tinha essa ponte que foram os moradores que fizeram. Do outro lado da ponte tinha um ponto de ônibus que foram os moradores que fizeram. Tudo era feito em mutirão, era bem bacana, de cimento, banco de concreto, tinha telhadinho [...].

Ali perto dessa ponte, antes de você atravessar pro lado de cá [da comunidade], tinham umas mesinhas de dama, de concreto [risos] Essa rua onde ficava essa ponte era muito arborizada. Era uma comunidade muito verde, e na rua parecia um vilarejo de interior tinha cavalo, cabra, tinha galinha, pato, tinha porco, tudo na rua porque os moradores criavam, mas os bichos ficavam meio soltos. [...] Era um ambiente muito de interior, parecia que eu tava na roça, mas ao mesmo tempo tava em uma metrópole, era bacana. (Entrevista concedida por Sandra em 24 de agosto de 2021)

O rural e o urbano se confundem no relato de Sandra, ainda que antagonizados em sua fala pelos termos “metrópole” e “roça”. Apesar disso, o que expressa é a coexistência de ambos

no mesmo espaço, entendido como urbano, pois dentro da cidade e, não à toa, certa surpresa ao chegar em uma comunidade ainda permeada por elementos da natureza. Na Vila Autódromo ainda não há um “distanciamento da natureza”, nas palavras de Lefebvre (2006, p. 81), próprio do espaço qualificado como abstrato. Embora essa abstração aja sobre esse espaço, nesse primeiro momento não o faz de modo a retirar suas características naturais.

Penha, outra moradora, narra que a Vila Autódromo, ainda não tão afetada pela expansão imobiliária crescente no começo da Barra da Tijuca, tinha um outro modo de vida, cujo ar interiorano é de muita tranquilidade. Nas suas palavras:

[...] [nós] ficamos encantadas, o espaço era bom, o terreno era de 300 m². Eu percebi que todos os quintais da vizinhança tinham pé de manga, pé de goiaba, pé de fruta e a área toda arborizada, a comunidade era toda arborizada. Era pequena, não era muito grande, tinham poucas famílias, parecia interior. Eu fiquei encantada. Tinha poucas famílias, a comunidade foi crescendo ao longo dos anos, ainda não tinha tantas famílias. Já tinha comunidade formada, já tinha associação, a comunidade estava toda pronta, mas ainda não era tão grande [quanto] quando foi removida, era bem menor. [...] A gente fica no meio dessas duas avenidas principais [Av. Embaixador Abelardo Bueno e Av. Salvador Allende], entre elas. E era vazio, as crianças brincavam de bicicleta, o ônibus passava de duas em duas horas. Era muito ruim. A infraestrutura não tinha, eu cheguei aqui [...] nem padaria não tinha, a padaria daqui funcionava num quartinho de quintal do vizinho que depois conseguiu construir a padaria, o José Arimateia. Mas era um lugar maravilhoso, onde eu me encontrei. [...] Aqui nós éramos 350 lotes que tinham na comunidade. Quando eu cheguei já tinha todas as ruas. A iluminação pública era precária, a água tinha, mas era clandestina. Agora as ruas era muito ruim no sentido de que não era asfaltada, a gente aterrava e afundava, aqui era [...] charque, aquela terra fofa, com o caminhar vai abaixando [...] porque era perto da lagoa também. Então a gente foi construir. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

Para além da dimensão da exploração no espaço produtivo, relacionada à disputa entre os diversos atores sociais engajados em uma luta de classes, a constituição da Vila Autódromo conta também outra história: a da formação de afetos. Criados ao longo da sua trajetória, mas presentes desde o seu estabelecimento e até hoje muito vivos na memória dos moradores, os vínculos afetivos são estruturantes potentes do processo de resistência pelo qual passa a comunidade. Através do cotidiano, do convívio diário, inclusive durante a organização e execução de mutirões, reuniões e outras atividades coletivas, os moradores da comunidade (não à toa chamada assim) criam vínculos que, nas suas próprias palavras, são como aqueles formados em família. Essa construção pode ser percebida pelo relato da Patrícia:

[...] Eu achava lá assim um lugar incrível porque eu não encontrei outro lugar igual, meus vizinhos eram assim maravilhosos, embora ninguém precisasse ficar assim na casa um do outro, mas na hora que você precisava você tinha a ajuda de vizinhos. Era muito bacana, era um convívio em família e isso eu sinto falta depois que eu sai de lá, porque eu não encontrei algo igual ao que eu encontrei lá. Tanto que até hoje eu tô lá toda semana praticamente, como se eu fosse recarregar as minhas baterias. [...] Quando eu cheguei fui morar na casa da minha irmã, já morava lá há algum tempinho, e lá tinha a lagoa, não tinha tantas casas assim em 90, tinha bem menos casas e o acesso pra lagoa era mais fácil, era como se a gente tivesse a nossa própria praia. Os moradores, alguns pescavam e aqueles que sentiam necessidade, tinham uma vida

assim mais complicada, sempre tinha um vizinho que pescava e levava, uma terra maravilhosa que o que se plantar lá dá, a gente quando chegou lá [...momento de saudade] quando eu cheguei no autódromo era engraçado porque a gente fazia fogueira toda noite praticamente, fazia peixe assado, peixe da lagoa, batata assada, era muito bom. Era como se tivesse próximo da cidade, mas meio que no interior, lá atrás era assim. (Entrevista concedida por Patrícia em 31 de agosto de 2021)

O fortalecimento das relações que se desenrolam no espaço traz também uma vinculação maior com o território/lugar, que não é apenas ocupado, mas também produzido (socialmente). Em realidade, não apenas os moradores produzem o espaço, como no mesmo movimento são produzidos por ele, uma vez que o espaço é uma atividade, reúne práticas, representações e afetos que vão além das suas dimensões geográficas (NABACK, 2016 *apud* LEFEBVRE, 2008) e reflete os desejos e necessidades daqueles que o produzem e, assim, se constituem.

A produção do espaço, aqui, significa, ao mesmo tempo, a produção cotidiana tanto das condições materiais necessárias à sobrevivência dos moradores, quanto da construção de vínculos, de afetos. Enquanto o aspecto material/financeiro move a comunidade a se unir em movimentos de autoconstrução coletivos, são também formados vínculos, construídos afetos no cotidiano, que tanto constituem os moradores, quanto o espaço, enquanto prática social (LEFEBVRE, 2006). Os relatos daqueles que viveram ou ainda vivem na Vila Autódromo demonstram que além do lugar de moradia, habitar esse espaço significa produzi-lo e, assim, produzir-se, uma vez que o habitar não se encerra no provimento de um teto, embora seja condicionado a ele e a outras necessidades básicas, mas implica também os desejos e os afetos de cada um e de toda uma comunidade.

Na modernidade a produção se estende para além do ambiente de trabalho, além das fábricas ou empresas, para abranger o espaço social, e assim orienta o desejo para produzir necessidades e se apropriar do cotidiano, tornando-o rentável, consumível (NABACK, 2016 *apud* LEFEBVRE, 1991). É a tentativa de uniformizar a vida cotidiana através da padronização dos desejos e da sua transformação em interesses, de maneira que ele possa ser consumível e, sobretudo, controlável. No entanto, o cotidiano não pode ser apreendido por uma única via, uma vez que escapa a esse esforço de homogeneização, de regulação e de controle e é imposto (LEFEBVRE, 1991). Justamente por essa característica, na cotidianidade é possível se apropriar do espaço, do urbano para transformá-lo, como modo ou modos plurais de resistir.

Além disso, é preciso aludir a outro elemento fundamental nessa trajetória, ou seja, a resistência pode ser lida de modo não apenas reativo, mas ativo. Para defender essa ideia, Oslender (2007), apoia-se em Lefebvre, que:

[...] considera o espaço como um produto do corpo humano e, como tal, se volta a um lugar de resistência em sua capacidade corporal de produzir espaço e devolver o poder à vida cotidiana. O espaço então nos é diretamente imposto sobre o corpo, não é

concebido em sua forma passiva por atores sociais capazes, senão ativamente percebido por atores sociais capazes e conscientes. É dentro desses espaços percebidos que se pode localizar as resistências. (OSLENDER, 2007, p. 5) (tradução nossa)

Oslender (2007), frisa as diversas formas de resistências construídas pelas fragmentações de identidade de classe, raça, etnicidade, gênero, sexualidade etc., bem como as formas como estas colocam desafios às representações dominantes do espaço, e nesse movimento compreende, assim, os múltiplos formatos de resistências como uma política concreta de espaço. Dessa maneira, Oslender (2007), aduz que Lefebvre situa as resistências nos espaços cotidianos, vividos, que o filósofo denomina de “sítios de resistência”.

O cotidiano é afetado por esses processos na medida em que é um espaço enquadrado, restrito e colonizado em diferentes níveis pela mercantilização e pelo território do Estado. Ela própria é então um produto da modernidade. Até que ponto o cotidiano é marcado nesses processos depende em parte das relações sociais, econômicas e culturais que estão sempre localizadas na noção de lugar. (OSLENDER, 2007, p. 6)¹⁰

É na tentativa de transformação do espaço, que se produz na vida cotidiana, que a Vila Autódromo resiste desde a sua constituição. Nesse primeiro momento, sem praticamente qualquer intervenção estatal, os moradores deixam clara a presença de afetos que também não são homogêneos, mas como é próprio do humano, são afetos de alegria e de tristeza, ou seja, esse é um espaço marcado pela diferença, embora denotem principalmente força de agir. Se por um lado a vida cotidiana é sufocada, especialmente em razão da ausência de condições materiais adequadas, por outra é nela que se insurge uma efetiva resistência por intermédio da produção do espaço, mas sobretudo se faz na luta por direito à cidade, assim compreendida a participação democrática e a efetiva retomada e modificação do urbano.

Toda a infraestrutura existente nesse momento, portanto, é fruto do trabalho direto dos moradores, que se organizam coletivamente para promover as obras necessárias ao seu cotidiano de precariedade no território ocupado. Em razão disso, em 1987 é criada a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo - AMPVA, com o objetivo de articular a busca por uma atuação positiva do Estado, a fim de que a carência de serviços urbanos básicos seja sanada (VAINER *et al*, 2013). Estas são demandas que expressam os antagonismos e impasses das sociedades capitalistas, denotando a chamada questão social, ou seja, dado o modo desigual de atendimento das necessidades sociais, só podem ser respondidas coletivamente, através das lutas sociais. Tais lutas as colocam na agenda pública, exigindo respostas.

¹⁰ La vida cotidiana es afectada por estos procesos en que es un espacio enmarcado, restringido y colonizado en diferentes niveles por la comodificación y el territorio del estado. Ella misma es entonces un producto de la modernidad. Hasta qué punto lo cotidiano está marcado en estos procesos, depende en parte de las relaciones sociales, económicas y culturales que siempre están localizadas en la noción de ‘lugar’. (OSLENDER, 2007, p. 6)

Em vez de respostas, o que ocorre de fato é o reconhecimento e a formalização, por parte da prefeitura, das ações realizadas pelos próprios moradores. A AMPVA então, estabelece parceria com a Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Estado do Rio de Janeiro – SEHAF. Os loteamentos feitos pelos próprios moradores são autenticados em um trabalho em conjunto com a secretaria, o que representou uma das primeiras ações da associação (VAINER *et al*, 2013).

Nota-se que o Estado, a partir do momento que passa a ser formalmente instado a atuar de forma positiva na Vila Autódromo através da promoção de serviços públicos básicos, cujo fornecimento é um dever constitucionalmente estabelecido, apenas "reconhece" o trabalho já realizado pelos próprios moradores.

3. ESPAÇO AMEAÇADO E A VIDA EM SUSPENSO

A partir de um movimento de continuidades/descontinuidade que marca a trajetória da Vila Autódromo, a questão da remoção entra em cena de modo decisivo. E assim, as ameaças e primeiras práticas de remoção se dão através de dois grandes eixos intimamente relacionados: o medo provocado pela insegurança na posse; e o apelo aos interesses privados em face da real e heterogênea precariedade da comunidade. Cumpre pensar de que maneiras isso vai afetando o espaço e as relações cotidianas, incidindo diretamente na dinâmica interna da resistência ao longo do tempo. É preciso saber assim, como esses dois eixos de uma mesma estratégia, afetam a resistência não apenas dentro, mas também fora da comunidade. Sobretudo, é preciso examinar os sentidos da resistência nesse novo momento que experimenta a Vila Autódromo, quando vistas no conjunto suas estratégias e táticas.

3.1 Primeiras ameaças de remoção

[...] As ameaças de remoção começam justamente na década de 1990, durante a expansão imobiliária pra Barra [...] justamente nesse período que a comunidade começa a organizar uma resistência. [...] A professora Inalva [...] costumava dizer que a resistência da Vila Autódromo era como uma colcha de retalhos, que ao longo dos anos foi tendo vários grupos a frente dessa luta, construindo um pedacinho a mais dessa colcha. Ela representava assim a resistência da Vila Autódromo. (Entrevista concedida por Sandra em 24 de agosto de 2021)

O cenário muda de modo significativo quando, já no início da década de 1990, a zona oeste passa por um expressivo boom imobiliário. O padrão de incorporação imobiliário é, desde o início da sua expansão, caracterizado pela presença de alguns poucos proprietários dos terrenos, que, ligados a um reduzido número de empresas responsáveis por quase a totalidade das construções da região, formam um verdadeiro oligopólio (TANAKA *et al*, 2018 *apud* RIBEIRO, 1987). Esses grupos econômicos se aproveitam das normas de construção

anteriormente flexibilizadas e da ausência de empecilhos próprios de outras áreas de expansão imobiliária (como a superlotação e altos preços na zona sul da cidade), para consolidar a Barra da Tijuca enquanto bairro nobre, ocupada por uma elite empresarial.

A relação que se estabelece entre Mercado e Estado em todo esse processo de expansão imobiliária é, obviamente, de associação, ligação íntima para gerar lucros a um e manter a legitimidade do outro.

Os interesses do mercado imobiliário se voltam para o território ocupado pela Vila Autódromo. Ocorre, então, a primeira tentativa formal de remoção engendrada pela prefeitura, no início da década de 1990. Esse fato é importante inclusive porque inaugura uma mudança na postura da prefeitura com relação à comunidade. Em seguida, já em 1993, é ajuizada uma Ação Civil Pública¹¹ com vistas à remoção da comunidade. A justificativa é de que ela representaria dano ao ambiente natural, em virtude da proximidade de algumas construções à Lagoa de Jacarepaguá; danos estéticos paisagísticos e turísticos, em razão da sua localização aparente; bem como danos ambientais urbanos, por conta do caráter ‘subnormal’ das suas edificações (FAULHABER, 2015).

A primeira ameaça formal de remoção da Vila Autódromo demanda de seus moradores uma reação para que seja assegurada a sua permanência. Em realidade, os moradores buscam, com isso, a efetivação do direito à moradia, direito fundamental social constitucionalmente garantido, uma proteção estabelecida juridicamente em todos os níveis, com maior ou menos especialidade.

O direito à moradia é reconhecido na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e o Brasil é signatário de diversos pactos e convenções internacionais que guardam a moradia na condição de um direito humano. Essas normas internacionais trazem aos Estados a obrigação de adoção de medidas que assegurem a efetivação desse direito, tais como: consultas anteriores à remoção a fim de minar os seus efeitos negativos ou, ainda, evitá-la; evitar ou minimizar o uso da força; previsão de situações nas quais a remoção é de fato cabível; estudos prévios que visem a redução de danos (OSÓRIO, 2014 *apud* MUNCH, 2017)

Há ainda a Resolução 13/2010, especificamente sobre os Megaeventos e o direito à moradia, que, em síntese, orienta os Estados a evitar maiores danos à efetivação deste direito (MUNCH, 2017).

No âmbito nacional, a Constituição da República é um marco imprescindível na luta por direito à moradia. Com o fortalecimento das lutas populares, essa pauta ganha destaque, e um

¹¹ Ação Civil Pública, Restituição de Área/Intervenção do Estado na Propriedade, 4ª Vara Fazendária, Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, nº 0081973-19.1993.8.19.0001.

reflexo disso é a sua disposição no rol de direitos e garantias fundamentais, na qualidade de direito social (artigo 6º), adicionado por meio da Emenda Constitucional nº 6/2000. Ainda, é composta por um capítulo específico destinado à "política urbana" (artigos 182 e 183), que reforça uma descentralização, outorgando aos municípios a competência de elaboração de uma política urbana através do plano diretor¹² (GONÇALVES, 2013). Para além desses dispositivos esparsos, a Constituição trouxe o princípio da função social da propriedade como guia para a interpretação dos demais (FERNANDES, 2007).

No Rio de Janeiro, a Constituição do Estado traz em seu texto garantias legais inéditas às favelas. A normativa de 1989 aduziu não apenas o direito à moradia genericamente, mas elevou esse direito ao status de garantia fundamental (artigo 8º). Além disso, determina ao estado e municípios o dever de urbanizar e promover a regularização fundiária das favelas (artigos 73, IX e 229). Ademais, pela primeira vez a remoção injustificada desses territórios foi legalmente vedada ao poder público (artigo 234, I) (GONÇALVES, 2013, p. 305).

Já a lei orgânica do município do Rio de Janeiro, promulgada em 1990, também consolida em seu texto diversas garantias às camadas populares, sobretudo no que diz respeito à função social da propriedade (artigo 269, I) e a busca por desenvolvimento social reduzindo as desigualdades (artigo 269, II). Esse texto inaugura a noção de função social da cidade, demandando do município o dever de garanti-la (artigo 422), bem como de qualidade de vida aos moradores (artigo 421). Ainda, divide a política municipal urbana em dois eixos: a interdição das remoções que não sejam fundadas em comprovado risco à vida e segurança dos moradores ou ao meio ambiente (artigo 429); e a integração desses territórios ao tecido urbano, fazendo valer a função social da cidade (artigo 430, IV, b) (GONÇALVES, 2013).

Gonçalves (2013) afirma que é o plano diretor de 1992 que dispõe de forma mais detalhada sobre a política municipal para as favelas assegurando em seu artigo 3º, os elementos já mencionados de qualidade de vida aos habitantes e o pleno desenvolvimento da função social da cidade. O artigo 44 traz preceitos que devem ser respeitados pela prefeitura, dentre eles a ordem de não remoção injustificada das favelas, enumerando no §1º desse mesmo dispositivo em que situações uma remoção pode ocorrer. Ainda, determina a sua inserção no tecido urbano e dá prioridade à regularização fundiária dentre os problemas enfrentados pela política habitacional a ser traçada (artigo 146, I). O atual plano diretor, promulgado em 2011, elaborado com diminuta participação popular, dá um tratamento menos progressista às favelas. Apesar das conquistas, a legislação traz normas que dão um caráter provisório a tudo o que funciona

¹² para cidades com mais de 20 mil habitantes

na favela, de modo que a sua consolidação não se deu de fato e o lugar que ocupa na cidade ainda é ambíguo e precário (artigo 3º, VI)¹³.

Mas é o Estatuto da Cidade que traz a função social da cidade como princípio norteador da política urbana. Trata-se do direito a cidades sustentáveis, com infraestrutura adequada para dar conta dos demais direitos e garantias fundamentais; à participação popular e democrática no planejamento urbano; e à regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por populações de baixa renda (MUNCH, 2017).

Para concretizar tudo o que dispõe, o próprio Estatuto prevê instrumentos, tais como a Concessão de Direito Real de Uso e as Zonas de Especial Interesse Social (MUNCH, 2017), ambos apropriados pela Vila Autódromo na tentativa de assegurar seu direito à moradia.

Percebe-se a ambiguidade do Estado pela análise da legislação acima. Se por um lado algumas normas dispõem não apenas sobre o direito a moradia e o direito à cidade como abstrações, mas inauguram instrumentos para concretizá-los, outras esvaziam esses conceitos para adotar uma política urbana de caráter privatista.

Melo (2010) esclarece que o direito à moradia, inclusive, se estende para além de um teto:

[...] ter acesso a uma moradia constitui claramente uma necessidade para o ser humano, é sem dúvida a estrutura principal que permite ao homem a realização de suas obras; de sonhar e realizar os mesmos; de estabelecer uma raiz; de ser conhecido em uma comunidade; um abrigo para os dias ruins e o palácio para os dias de comemoração. É a moradia que condiciona o acesso a outros direitos essenciais do homem e não se entende o porquê de não ter recebido tratamento adequado prévio. É impossível garantir a saúde, educação e segurança sem ao menos, não oferecer uma habitação digna para o homem. Carecer de uma moradia provoca a dispersão da cédula familiar, conduz ao fracasso escolar e contribui fortemente à degradação da saúde. (MELO, 2010, p. 25)

Apesar de todas as garantias legais, as ameaças permanentes de remoção que tem início na década de 1990 trazem consigo dor e inseguranças que não cessam. Nas palavras de Patrícia, antiga moradora: “vão embora e voltam”. Por um lado, esses sentimentos são mobilizados pelos agentes estatais de modo a garantir a retirada dos moradores. Por outro, a necessidade e os laços afetivos formados no cotidiano os movem em direção à busca de uma solução.

Diante da investida da prefeitura, a comunidade, face ao iminente risco de remoção, procura o Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de

¹³ Desde 2018 a prefeitura do Rio de Janeiro deu início ao processo de revisão do atual plano diretor. Através da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano tem promovido debates por meio de enquetes online, mesas redondas, palestras e outros mecanismos que fomentem a participação popular. Diversos movimentos sociais e técnicos da área tem se envolvido no processo a fim de garantir que temas importantes sejam tratados de modo a garantir o bem estar da população, a função social da cidade e a redução de desigualdades. Ver > <https://prefeitura.rio/planejamento-urbano/prefeitura-do-rio-inicia-fase-de-debates-sobre-revisao-do-plano-diretor/> <.

Janeiro para realizar a sua defesa jurídica. Esse é um passo importante na medida em que a partir de então passa a ser devidamente assessorada e assim, incentivada a promover articulações e envolver-se com movimentos sociais e outras instituições capazes de auxiliá-la (TANAKA *et al*, 2018).

Enquanto isso, o terreno onde se localiza a comunidade torna-se objeto de disputa entre a prefeitura e o estado do Rio de Janeiro, de modo que apesar do interesse municipal na sua remoção total, o estado assegura garantias legais a pelo menos parte dos moradores, o que de certa maneira, fortalece a luta da comunidade por permanência.

[...] Eu cheguei em outubro de 1994, em outubro, uma das reuniões, eu descobri que tinha esse problema, demorou mais ou menos uns três meses, aí nesse resto de ano a gente ficou apavorado, mas foi normal ne, aqui a gente tava aqui ia ficar. Foi passando o tempo, a gente foi se acostumando com os burburinhos, e todo mundo tava morando a gente continuou morando, Aí eu passei a trabalhar, a gente continuou vivendo, a vida não pode parar [...] aquilo que a gente conversou em família [...] se vier alguém tirar a gente tem que dar uma outra casa pra gente e foi ficando. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

Por meio da antiga SEHAF várias famílias são reassentadas na Vila Autódromo, oriundas de comunidades próximas parcialmente removidas. Através de um cadastramento feito pela mesma secretaria, o estado do Rio de Janeiro entrega em 1997 títulos de concessão real de uso a 104 famílias, válidos por 30 anos, posteriormente estendidos para 99, prorrogáveis por mais 99. Esses títulos são concedidos principalmente aos moradores cujas casas se localizam no centro da comunidade. Em 1998 foram outorgados outros títulos, dessa vez aos residentes da Faixa Marginal, área mais próxima à Lagoa. Ainda, já em 1995 o estado havia requerido administrativamente a declaração da comunidade na condição de Área de Especial Interesse Social - AEIS, mas ela somente é definida assim posteriormente (VAINER *et al*, 2013). Mussolino, ex morador, conta que sempre soube tratar-se de um direito real a posse.

[...] Era posse né, era posse, eu era consciente de que era posse. Aí depois o governador Leonel Brizola deu um título de posse que a gente tinha direito a usucapião por 99 anos. Eu ainda tenho esse título até hoje, tá no nome do meu pai e a gente tinha esse título de usucapião. (Entrevista concedida por Mussolino em 27 de agosto de 2021)

Através da concessão dos títulos de direito real de uso, instrumentos jurídicos trazidos pelo Estatuto da Cidade, objetiva-se a garantia de maior segurança da posse às populações de baixa renda, uma vez que, como Rolnik (2019, p. 147) aduz: “os mais pobres e vulneráveis arcam com a maior parte do ônus decorrente dessa situação”. Apesar do reconhecimento formal do direito de posse de uma parcela considerável dos moradores da Vila Autódromo, essas titulações não são suficientes para aplacar a transitoriedade permanente e a insegurança que possui a comunidade sobre as suas habitações. Rolnik (2019) esclarece que:

[...] a insegurança da posse é uma questão de economia política – leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade. Assim, tanto as formas de gestão do solo como as estratégias de planejamento urbano têm uma enorme incidência sobre as possibilidades de acesso – ou bloqueio – à terra urbanizada para os moradores de menor renda[16]. É no interior desta trama jurídico administrativa que se tecem os mecanismos de inclusão/exclusão na cidade. (ROLNIK, 2019, p. 148)

A ausência de qualquer instrumento como esse torna as favelas em alvos ainda mais fáceis desses processos de usurpação. Entretanto, eles não são capazes de reduzir a insegurança da posse das populações mais vulneráveis, como é o caso da Vila Autódromo. Isso ocorre porque essa é uma questão que transcende o reconhecimento jurídico da posse, ou mesmo da propriedade. Embora o perparse, está ligada às estruturas de poder que existem na sociedade e, mais especificamente, nesse momento histórico, segundo Rolnik (2019), à ascensão do capital rentista e à escassez de terras e recursos naturais, tornando a renda sobre a terra novamente um elemento central do capitalismo. Desse modo, embora conquistas imprescindíveis para que a comunidade tenha maiores chances de negociar, não é possível atribuir a essas titulações garantia da posse, uma vez que litígios fundiários como esse são mais comumente resolvidos pela via política do que jurídica.

Nesse período a AMPVA permanece atuando para assegurar direitos básicos para a comunidade. Em 1998 consegue registrar os moradores pescadores na Marinha e no IBAMA (TANAKA *et al*, 2018). No mesmo ano, encaminha pedidos para a inclusão da comunidade em um programa que utiliza recursos federais para a expansão da rede de saneamento básico, denominado pró-sanear e obtém parecer favorável da Companhia Estadual de Águas e Esgotos - CEDAE para a implantação. Ainda, consegue um parecer favorável da subprefeitura da zona oeste, que manifesta seu desinteresse na remoção administrativa da comunidade. Entretanto, o projeto não tem prosseguimento (VAINER *et al*, 2013).

Nesse cenário, a Vila mantém o sistema rudimentar de abastecimento de água, com uso de fossas sépticas e sumidouros, e mutirões para a realização de drenagens e limpeza das ruas quando necessário. Apesar de já ameaçados de remoção, neste momento encontram-se munidos de garantias legais que, em algum grau, podem assegurar a sua permanência e passa por isso a uma constante luta por acesso a serviços públicos, dedicando-se também à manutenção de cuidados coletivos com a organização dos serviços providos comunitariamente.

[...] É, tinha energia elétrica e tinha água, mas não era legalizada, era uma água clandestina que passava lá e ninguém nem pagava água. Pagava energia. E as ruas não eram pavimentadas, era cheia de buraco [...] A associação correu atrás da prefeitura junto a cedae pra ver se legalizava, sempre correu, né? Os presidentes da associação que esteve lá eles sempre corria atrás pra conseguir alguma melhoria pra lá: pavimentação, melhorar a água, e tudo isso. Sendo que a prefeitura nunca levava nada de benefício pra Vila Autódromo, nunca foi concedido benefício, nunca. Sempre a resposta que a gente recebia tinha o seguinte: aquilo ali era invasão, área de proteção

ambiental, não podia construir, tinha que sair dali. Sempre foi a resposta, foi essa. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

[...] Tinha [energia], mas assim, a iluminação das ruas era muito precária. Nas casas tinha, caía, isso logo no início, depois foi melhorando. A light entrou melhor, foi organizando. A comunidade cresceu, algumas coisas melhoraram e outras não. O que faltava era o saneamento básico, era a água ser legalizada, mas isso dependia do governo, e ele nunca fez porque nunca quis melhorar a comunidade. Era um direito nosso e um dever deles, mas eles nunca fizeram, mas nós moradores fazíamos. Nós limpava o rio, a gente melhorava as nossas ruas, a gente tinha fossa, cada um fazia a sua fossa, a comunidade era toda legalizada no sentido assim: tinha documentação certinha, a nossa rua tinha nome, todas as ruas tinha CEP, esse trabalho social de dentro da comunidade, a gente ia se virando, né? [...] Já tinha coleta de lixo na época, se não me engano foi em 2001, entrou a telefonia, telemerj né, que depois virou oi. Nosso correio, o carteiro passava de bicicleta e entregava as nossas cartas, essas coisas a gente já tinha. A vila tava ótima, ela só precisava ser urbanizada legalizar a água, não era legalizada. Tinha, mas era clandestina. E a gente fez pedido, a gente pediu duas vezes pra CEDAE legalizar a nossa água, mas ela nunca legalizou. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

A luta da Vila Autódromo, como visto no relato, ultrapassa o mero direito a um teto. Muito embora a segurança da posse seja elemento fundamental do direito à moradia, é sobretudo a exigência de urbanização, do direito à participação e efetiva produção da cidade, por meio do espaço onde vivem. Trata-se, assim, da busca pela garantia de direitos sociais aos seus moradores, para que o acesso à cidade seja possibilitado e que a comunidade seja de fato inserida no tecido urbano. Em realidade, o que busca a Vila Autódromo é a efetivação do seu direito à cidade.

No entanto, assim como as demais favelas do Rio de Janeiro, a Vila se encontra no limiar entre a legalidade e a ilegalidade, de maneira que seu território e suas vidas se encontram em situação de contínua provisoriedade e precariedade. Se por um lado a sua luta por inserção na cidade acaba por trazer o reconhecimento administrativo de sua existência, através dos poucos serviços públicos que chegam ao local, como o fornecimento de energia ou o serviço de correio, por outro ela não significa uma proteção efetiva aos seu direito à moradia e tampouco à cidade. Essa é, na realidade, o sentido do jogo estatal, que a qualquer momento pode mudar as regras em favor dos interesses do capital, particularmente o imobiliário.

Por essa razão a luta por moradia, pela permanência de todos os moradores na comunidade onde habitam nunca é desprendida das exigências por direitos sociais que tornem possíveis o seu acesso à cidade, uma vez que apenas a casa não atende a todas as necessidades básicas humanas. Precisamente por isso a sua resistência, sempre ambivalente, acompanha as sinuosidades do poder, nem sempre com toda a clareza do terreno em que se move. Não há familiaridade, nem mesmo conhecimento sólido acerca dele, de modo que muitas vezes lutam por direitos que, embora constitucionalmente estabelecidos, pela lógica de partida, do modus operandi estatal, à efetivação plena de tais direitos não é mais do que um vislumbre, uma ilusão.

Tanto assim o é que no início dos anos 2000 os moradores já enfrentam algumas investidas cuja finalidade é a sua retirada do território. Sobretudo a partir dos anos 1990, o local no qual a Vila Autódromo está instalada sofre um processo de intensa especulação imobiliária e torna-se muito valorizado. Isso ocorre porque a comunidade está localizada no seio da Barra da Tijuca, bairro que se expande imensamente nesse período e torna-se uma das regiões mais caras da cidade. Por esse motivo, o mercado imobiliário passa a ter cada vez mais interesse sobre o território ocupado, especialmente com as oportunidades que os megaeventos de 2007 e 2016 representam.

3.2 Os megaeventos: os jogos Pan Americanos e novos atores

A partir da virada do milênio, há dois grandes momentos que marcam a história da comunidade e a sua luta contra as remoções, ambos em consequência de megaeventos sediados na cidade do Rio de Janeiro, cujas instalações se concentraram especialmente na zona oeste. O primeiro ocorre com os Jogos Pan Americanos, quando a prefeitura almeja construir parte das edificações na península onde se localiza a comunidade, e para isso pretende removê-la. O segundo se dá em função das Olimpíadas de 2016, quando a prefeitura, de forma mais ostensiva, planeja reassentar os moradores da Vila Autódromo. É imprescindível destacar que em ambos os momentos as motivações do município vão além dos Jogos, embora sejam esses os pretextos utilizados. Em verdade, a prefeitura busca se alinhar aos planos do mercado imobiliário para a região, que vê nos eventos a possibilidade de expansão para áreas que se valorizam com as novas edificações, o que inclui o território no qual se encontra a Vila Autódromo.

Dessa forma é criada uma suposta oposição entre os interesses gerais, públicos da cidade por crescimento e as especificidades das demandas da Vila Autódromo. É assim que sua legitimidade junto à opinião pública começa a ser ameaçada. Trata-se de mais um modo de enfraquecê-la externamente.

Em 2002, o Rio de Janeiro é escolhido para sediar os XV Jogos Pan Americanos de 2007 e as instalações são todas planejadas para localizar-se na Zona Oeste da cidade, tendo em vista as oportunidades imobiliárias que o evento impulsionaria (referência VIVA a vila, 2018). No mesmo ano a prefeitura anuncia que diversas comunidades da Barra da Tijuca e região serão afetadas pelas construções da Vila Olímpica e do Complexo Esportivo para os Jogos, dentre elas a Vila Autódromo (FAULHABER, 2015).

Já em 2005, com a criação da Secretaria Especial dos Jogos, a prefeitura havia defendido a suposta necessidade de remoção total das mencionadas favelas, muito embora não tenha apresentado argumentos claros capazes de justificar a ação estatal. Para viabilizar o feito, é

procedido o cadastramento dos moradores e das casas, informando no local que a comunidade seria removida, mas grande parte dos residentes se recusa a ser cadastrado. Há, já nesse momento, uma certa consciência, pelo menos por parcela dos moradores, do que está por trás do mero interesse em assegurar espaços e a infraestrutura para sediar os jogos (TANAKA *et al*, 2018).

Sandra, então moradora, comenta a intensificação das ameaças de remoção da comunidade a partir das preparações para os Jogos, mas também o que a luta da Vila Autódromo, em resposta a isso, trouxe de garantia legal:

[...] Quando começa esses eventos, esses megaeventos, se intensifica as ameaças de remoção da Vila Autódromo. Então nós temos esse período aí de Pan, de Copa, são jogos que promoveram muitas remoções no Rio de Janeiro. Não só a Vila Autódromo, mas muitas remoções ocorreram pra realização desses Jogos, utilizando esses jogos como pretexto, mas também utilizando esses investimentos que ocorrem a partir desses eventos. Aí se intensifica novamente essas ameaças, e aí nós conquistamos a Lei Complementar 74. A partir dessas lutas dessa ameaça é que nós conquistamos a Lei Complementar 74, que define o território da Vila Autódromo como uma AEIS destinada à moradia popular. (Entrevista concedida por Sandra em 24 de agosto de 2021)

Como visto, nesse mesmo ano o território onde a comunidade se localiza é demarcado como Área de Especial Interesse Social - AEIS, por meio da Lei Complementar nº 74/2005, à exceção apenas da faixa marginal de proteção da Lagoa de Jacarepaguá e da região próxima ao Projeto de Alinhamento da Av. Embaixador Abelardo Bueno. A importância da declaração do território como AEIS se dá em virtude da aplicação de normas específicas de uso e ocupação do solo. Elas se tornam prioritárias nas ações de urbanização e regularização urbanística, logo, a comunidade fica sujeita a benfeitorias, além de só poder ser removida caso haja reassentamento em área próxima. A demarcação do território enquanto AEIS representa uma proteção imprescindível à comunidade e aos seus moradores, pois é um instrumento de garantia de moradia com dignidade cuja finalidade é não apenas evitar remoções, mas também assegurar o acesso a serviços públicos (NABACK, 2015).

Em resposta ao anúncio da prefeitura, inicia-se uma mobilização por parte das favelas ameaçadas, inclusive a Vila Autódromo. É formado então um marco na luta popular por moradia, o Comitê Social do Pan, criado para questionar as ações de privatização e remoção pretendidas pela prefeitura. É composto por movimentos sociais, representantes de instituições afins e comunidades afetadas pelos jogos. São assim, realizados protestos, audiências públicas, reuniões na Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e no Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), a fim de impedir a retirada forçada dos moradores das favelas afetadas (TANAKA *et al*, 2018).

Os atos e eventos de resistência se diversificam em razão do acirramento das ameaças. Eles estão dentro e fora do aparelho jurídico político: ao mesmo tempo envolvem atos administrativos e ações de enfrentamento mais direto, como os protestos, por exemplo.

Segundo Jane, antiga moradora da comunidade e diretora social da AMPVA à época dos fatos:

[...] Eu comecei a participar desse movimento, do MUP, e dali a gente começou a participar de outros movimentos, dali surgiram chamados pra outros movimentos, Câmara dos Deputados, dos Vereadores, pra Brasília. E aí em 2007, quando veio a preparação pros Pan Americanos, aí nós começamos a correr as comunidades, chamar as comunidades. Descobrimos que ia ter uma retirada de cento e vinte e poucas comunidades no site das Associações do Mercado Empresarial. Descobrimos que eles se reuniam pra discutir e tomar as decisões da gente, mas não querem ouvir a gente, a gente que tá morando é que sabe [...] Aí nós combinamos um bando, saímos com carro, alto falante, saímos com cd, inclusive todo mundo tava com medo de gravar, eu fui lá e gravei, entrando nas comunidades, procurando saber se podia entrar, porque a gente correr algum perigo... e convocando as comunidades para participar das reuniões de Vila Autódromo. E aí começamos a encher a Vila Autódromo [...] Houve todo um processo, o mundo todo não chegou na vila autódromo porque a Vila Autódromo [não] tava correndo atrás. A gente começou a invadir todos esses espaços e ocupar esses espaços, a ir pra dentro das comunidades, fazer reuniões [...] A gente não ia a Vila Autódromo só, a Vila Autódromo começou a ir pra um canto e outro, um movimento e outro, e convidando pessoas pra gente se juntar [...] Era um momento de muita tensão, cento e vinte comunidades removidas. A gente ia pra dentro dessas comunidades e fazia um debate, cada um de nós como liderança fazia uma fala, explicava o que tava acontecendo dentro das nossas comunidades, e a gente ficava se articulando pra gente poder não caminhar sozinho, que todas as comunidades pudessem se unir pra formar uma grande frente em busca de seus direitos. Era esse o motivo das nossas reuniões e isso que levou a Vila Autódromo a ficar conhecida no mundo inteiro. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

A luta adquire visibilidade, o que de fato, como aduz a moradora, é imprescindível, se considerado que as lutas não apenas por moradia, mas as reivindicações e resistências populares são em geral, quando não criminalizadas, invisíveis e/ou invisibilizadas, o que explica muito da fragilidade política que experimentam. A Vila Autódromo se fortaleceu quanto a esse aspecto.

O Comitê Social é imprescindível nesse momento de luta popular contra as transformações da cidade que privilegiavam os interesses de grandes corporações imobiliárias, em detrimento da população menos abastada que é frequentemente expulsa das novas frentes de valorização urbana (TANAKA *et al*, 2018). Ele traduz uma estratégia de articulação e ampliação do leque de ações, mas sobretudo da força de pressão dos movimentos. A partir dele é criado posteriormente o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a inserção da Vila Autódromo nos movimentos de luta por moradia e contrários a remoção se mostra decisiva para evitar o seu reassentamento. Isso se evidencia com o fim dos jogos Pan Americanos, quando é feita uma análise das suas implicações para as favelas do Rio de Janeiro, considerando todas as ameaças de remoção ao longo dos anos de preparação. As comunidades que se articularam, como é o exemplo da Vila Autódromo,

conseguiram permanecer e coexistir com as instalações desses Jogos, enquanto aquelas que não conseguiram se mobilizar foram, ao menos, parcialmente removidas (TANAKA *et al*, 2018).

Sandra, então moradora da comunidade, conta as movimentações que observa nesse período e as suas implicações na comunidade:

A associação de moradores e um grupo de moradores, [...] eles funcionavam no sentido assim de apoiar as outras comunidades, eu me lembro que a D. Jane fazia muito esse trabalho de apoio a outras comunidades que estavam passando pelo processo de remoção, então eles faziam esse trabalho de apoio, eles recebiam aqui as pessoas, teve uma jornada aqui, na época [...] vieram muitas pessoas, [...] foi apoiado pela igreja. Então assim, era essa dimensão de apoiar as pessoas que tavam passando pelo processo, de receber as pessoas aqui. [...] Era um trabalho feito assim, né. (Entrevista concedida por Sandra em 24 de agosto de 2021)

A resistência emerge e se amplia na dependência de relações de proximidade entre as pessoas, pois são elas que movem os processos, criando um senso de coletividade em pequenos gestos e diante de necessidades concretas, de forma que o outro, que experimenta a mesma situação, torna-se par. Esse é um traço essencial.

Vale destacar que com os Jogos Pan Americanos houve uma expansão imobiliária significativa para o norte da Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá, também denominada de “Barra Olímpica”, local em que se situa a Vila Autódromo e onde inicialmente foram construídos os equipamentos para o evento esportivo. Estimulado pela ocupação mais maciça da área, foram levantados condomínios fechados, redes de supermercados e outros estabelecimentos comerciais no geral. Trata-se de uma nova centralidade na qual são realizadas obras viárias como o transcarioca e a transolímpica, devido ao crescimento apresentado (TANAKA *et al*, 2018).

O planejamento urbano e as políticas públicas de habitação adotadas são, no Rio de Janeiro e no Brasil, guiadas pela lógica especulativa do mercado, que funciona da seguinte maneira: são levados equipamentos públicos ou de acesso ao público à região visada, fato este que causa o aumento dos preços da terra, de modo que, uma vez valorizada, a área é privatizada por intermédio de mecanismos de espoliação, à exemplo, no caso em tela, das remoções. Isto é, as políticas habitacionais, a fim de possibilitar esse plano, são submetidas aos interesses do mercado, em detrimento das necessidades da população (MUNCH, 2017).

Apesar das reivindicações da comunidade por urbanização e direitos sociais, nesse momento tanto formalmente em face do Estado, quanto por meio de lutas populares junto a outras favelas e a movimentos sociais, a realidade da Vila Autódromo é de um espaço pouco urbanizado. Os serviços públicos essenciais não são fornecidos pelo poder público ou suas concessionárias (à exceção apenas da energia e dos correios), mas arrançados pelos próprios moradores de forma comunitária. O Estado, por sua vez, não apenas tolera a ocupação e a

produção desses espaços, ao manter-se inerte. Ele os caracteriza como transitórios, como “territórios de definições cambiantes entre legal e ilegal, construídos a partir de pressões, mediações políticas e camadas de legalidades.” (ROLNIK, 2019).

É precisamente a manutenção desse aspecto transitório pelo Estado que permite ao capital a captura dessa terra a qualquer tempo, apenas reservada pelo uso temporário do terreno (ROLNIK, 2019), gerando, assim, insegurança na posse dos moradores. Em face e ao revés dessa forma de governo (e de controle), a Vila Autódromo protagoniza lutas contra o uso mais lucrativo do solo como paradigma definidor do planejamento urbano e contra as tentativas de remoção cujo pretexto é a realização e priorização dos megaeventos. Para tanto, defende a universalização do direito à cidade, tanto através da tentativa de apropriação dos espaços públicos comuns, da busca ativa por acesso universal aos serviços urbanos e também da defesa de uma gestão urbanística democrática (ROLNIK, 2019), quanto da articulação popular para alcançar esses objetivos.

3.3 Olimpíadas que se anunciam e as articulações da Vila Autódromo

Ante as novas instalações, a região norte da Barra da Tijuca já se encontra em processo de grande valorização, com a especulação imobiliária agindo para tornar cada vez mais caros os terrenos próximos (TANAKA *et al*, 2018).

Esse fenômeno se intensifica com a chegada do segundo momento marcante na história de resistência da comunidade às tentativas de remoção cada vez mais frequentes da prefeitura: as Olimpíadas.

Em 2009, já no mandato de Eduardo Paes, a cidade do Rio é escolhida para sediar as Olimpíadas de 2016 e é anunciada a remoção de aproximadamente 3.500 famílias em seis assentamentos e favelas apenas na Zona Oeste, inclusive a Vila Autódromo. No mesmo sentido, no Plano Estratégico de 2009/2012 da prefeitura é revelada a intenção de remover 119 favelas da cidade, sob a justificativa de que haveria o risco de deslizamento ou inundação, proteção ambiental ou se tratar de local destinado a logradouros públicos (VAINER *et al*, 2013).

Em meio aos conflitos entre forças distintas e antagônicas, e suas diversas maneiras de conceber e viver a cidade, entram em cena de forma mais clara as estratégias engendradas pelo poder estatal para produzir e reproduzir o espaço a partir das diferentes práticas sociais que serão analisadas, mas cujo foco é um só: a remoção da Vila Autódromo.

Nos anos seguintes são realizadas diversas reuniões e audiências públicas com representantes da prefeitura, que assumem posições diversas em cada um desses momentos e em muitos deles deixam as comunidades presentes sem respostas.

A primeira delas acontece em 2010 com o secretário municipal de habitação. Nela é informada a necessidade de remoção para a construção de instalações para os Jogos e é oferecido realocamento para local próximo. Diante dos protestos dos moradores, o secretário informa que seriam realizadas discussões a esse respeito (TANAKA *et al*, 2018).

No mês subsequente os moradores realizam um protesto em frente à sede da prefeitura e são recebidos em reunião pelo prefeito, que informa ser a remoção uma exigência do Comitê Olímpico Internacional. Diante disso, a Defensoria Pública e um coletivo técnico produzem um documento que demonstra a compatibilidade das instalações com a permanência da comunidade para enviá-lo ao COI (NABACK, 2015).

No mesmo ano ocorrem ainda duas reuniões, uma com o prefeito e outra com o secretário de habitação, nas quais ambos comunicam seu interesse em manter diálogo com a comunidade, mas reforçam o interesse do município na remoção da comunidade para local próximo. As justificativas são diversas, mas sempre remetem a um suposto risco ambiental ocasionado pelo processo de urbanização da Vila, além de representarem uma ameaça tanto para as instalações olímpicas, quanto para a segurança dos Jogos (NABACK, 2015).

A tentativa é de apresentar a Vila Autódromo não apenas como um empecilho ilegal e ilegítimo ao desenvolvimento da cidade, uma vez que a realização dos Jogos significaria progresso independente de qualquer coisa, mas como um risco ao meio ambiente e à segurança da sociedade como um todo. É o começo de um discurso que antagoniza esses atores como se a Vila Autódromo não fosse, na realidade, um segmento da sociedade.

Por seu turno, a comunidade, através da Defensoria Pública do Estado, elabora um documento para ser apresentado ao Comitê Olímpico Internacional. Trata-se da “Notificação ao COI sobre a proposta de remoção da comunidade Vila Autódromo para definição de um perímetro de segurança para os jogos olímpicos de 2016”. Consta nesse documento a apresentação da comunidade, o relato dos moradores, pontuando que eles sequer haviam sido oficialmente notificados acerca do projeto olímpico e do risco de remoção sofrido, além de demonstrar que nenhum dos diversos argumentos para que os moradores sejam retirados de suas residências tinham suporte técnico apto a sustentá-los. Por fim, a notificação convida representantes do COI a uma visita à comunidade para verificação das informações prestadas, e foi entregue em uma visita do órgão ao Rio de Janeiro em abril de 2010 (MEDEIROS, 2014).

No intuito de elaborar o Plano Geral Urbanístico para o Parque Olímpico é aberto o Concurso Internacional Parque Olímpico Rio 2016, cujo resultado é divulgado em agosto de 2011. A proposta vencedora, do escritório londrino AECOM, mantém a maior parte da Vila Autódromo intocada, uma vez demonstrada a absoluta desnecessidade de remoção total da

comunidade para a construção das instalações pretendidas. O projeto considera não apenas as Olimpíadas em si, mas também o legado que se pretende deixar com elas, prevendo, portanto, a construção de novos empreendimentos, e mantendo em todos os momentos a comunidade intacta (NABACK, 2015).

Apesar disso, a Secretaria Municipal de Habitação, mantendo a intenção de realocar os moradores, procede à marcação das casas que pretende retirar com a sigla “SMH” e busca coagir os moradores a fazer o cadastramento, sob a promessa de suposto recebimento de benefícios governamentais (TANAKA *et al.*, 2018).

Muitos residentes se empenham em informar aos demais o real motivo por trás do cadastro, ou seja, o reassentamento, de modo que a recusa em fazê-lo leva o secretário a ir pessoalmente à comunidade. Como reação, uma vigília é organizada na noite anterior, da qual participam representantes de diversos movimentos e entidades que lutam por moradia (TANAKA *et al.*, 2018).

Nesse encontro, pela primeira vez é apresentado o plano de reassentamento da comunidade para o Conjunto Habitacional Parque Carioca, do programa federal Minha Casa Minha Vida. Na oportunidade, o secretário mostra a planta dos apartamentos que seriam construídos, ao que os moradores respondem com duras falas, declarando o seu repúdio à remoção (MEDEIROS, 2014).

Na busca por uma alternativa mais técnica aos planos de reassentamento, a comunidade, em parceria com integrantes do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro é formada uma equipe técnica, cujos membros são professores e estudantes da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a fim de formular um projeto urbanizador que, pensado e construído a partir e com a própria comunidade, que objetiva viabilizar a manutenção da comunidade, bem como o atendimento adequado às suas necessidades. O denominado Plano Popular tem por objetivo entregar uma proposta alternativa à da prefeitura e que seja tecnicamente viável (FAULHABER, 2015).

O plano popular representa o diálogo entre os saberes da comunidade, enraizados em sua vivência no espaço, no seu conhecimento acerca dos problemas que precisam ser amenizados e nos pontos comuns que podem ser realçados para garantir melhores condições de vida à população. Busca-se aliar os saberes práticos aos técnicos, valorizando o que cada um pode oferecer (MUNCH, 2017). Nas assembleias e oficinas que reúnem todos os moradores que podem participar, os instrumentos de que dispõe a equipe técnica são compartilhados de modo a fortalecer a relação dialógica entre os atores envolvidos, uma vez que esse processo é pilar fundante da metodologia utilizada (VAINER *et al.*, 2013).

A fim de possibilitar a participação da totalidade da Vila Autódromo, são formados conselhos com representantes de cada rua, de modo que as contribuições de todos os moradores alcancem o plano elaborado. O planejamento trabalha os espaços públicos e privados, de modo a assegurar que todos os moradores tenham acesso a uma moradia adequada, uma vez que a composição das casas é bastante heterogênea, o que afeta diretamente as condições de habitabilidade de cada residência e sua articulação com o espaço do entorno. A ideia não é apenas homogeneizar o espaço, mas a partir das construções já existentes trabalhar o seu desenvolvimento social, cultural, econômico e urbano, sempre considerando a visão dos próprios moradores acerca do seu local de moradia (VAINER *et al*, 2013).

Além disso, o plano popular tem o custo estimado em R\$ 13,5 milhões, muito inferior ao Parque Carioca, apresentado pela prefeitura no valor de R\$ 48 milhões, sendo quase metade do montante apenas para a aquisição do terreno (VAINER *et al*, 2013).

O plano popular tem sua versão final apresentada pela primeira vez à comunidade em dezembro de 2011, dias depois do jornal O Globo anunciar o lançamento do edital de licitação para construção do Parque Carioca e aprovado por todos os moradores presentes. É então procedida, pelo NUTH, a juntada desse documento na já existente ação cautelar em que o Núcleo representa a Vila Autódromo (TANAKA *et al*, 2018).

Na mesma ação a Defensoria requer judicialmente a suspensão do edital de licitação para a construção das instalações olímpicas para que antes do seu prosseguimento seja esclarecida a previsão anunciada publicamente, mas não informada oficialmente no processo, de reassentamento da comunidade. Em resposta, o município argumenta que, na realidade, a remoção é necessária para a construção do BRT que passa pelo local, levantando argumento novo no meio do processo, o qual nunca havia sequer sido divulgado, nem mesmo pela mídia (NABACK, 2015).

Ainda em 2011 é proferida a sentença da Ação Civil Pública ajuizada pelo município em 1993, que pleiteia a remoção da comunidade. A decisão defere tão somente a demolição das casas construídas na faixa marginal de proteção ambiental, exigindo o devido reassentamento desses moradores dentro da própria comunidade. Embora a sentença não seja totalmente favorável, ela reafirma o direito de permanência da Vila Autódromo no território que ocupa (TANAKA *et al*, 2018).

Acerca das tentativas de remoção, embora o município tenha alegado que as investidas não têm ligação com as obras olímpicas, em 2012 é divulgada a Concessão de Licença de Demolição para o consórcio vencedor do edital de licitação do Parque Olímpico, por parte do

município. Com essa permissão, a concessionária participa diretamente das ações remocionistas empreendidas contra a comunidade até a efetiva realização do megaevento (NABACK, 2015).

A licitação foi vencida por um consórcio formado pelas empresas Carvalho Hosken e Odebrecht e Andrade e Gutierrez, as mesmas responsáveis pelo estudo de viabilidade econômica que deu base ao processo licitatório (MEDEIROS, 2014). Cabe destacar que o edital concede o direito ao consórcio campeão de utilizar cerca de 70% dos terrenos direcionados às Olimpíadas para a construção futura de projetos imobiliários, nos quais alterações legislativas permitem, ainda, uma maior intensidade na ocupação. (TANAKA *et al.*, 2018 *apud* MEDEIROS, 2016).

Com o fim do processo licitatório, as obras de construção do Parque Olímpico têm início sem que, entretanto, sejam realizados todos os procedimentos legalmente previstos para tanto, e ainda com a previsão de remoção da Vila Autódromo. Apesar da AMPVA ter solicitado formalmente a apresentação dos documentos probatórios de todos os procedimentos necessários à construção regular das instalações olímpicas e obras viárias relacionadas ao evento, a Empresa Olímpica Municipal, responsável pelo edital de licitação, não deu qualquer resposta (MEDEIROS, 2014).

Em meio ao andamento das obras e com o risco de remoção mais latente, a Associação não fica inerte. Diante da ausência de respostas da prefeitura acerca das propostas constantes no Plano Popular, o qual é entregue oficialmente à prefeitura em 2012, a associação busca pressionar a prefeitura a apreciar o projeto alternativo desenvolvido e conseqüentemente realizar uma negociação justa. Para tanto, fecha uma parceria no início de 2013 com o Grupo de Trabalho Acadêmico Profissional Multidisciplinar (GTAPM), formado por integrantes de entidades profissionais e acadêmicas tecnicamente capacitadas, a fim de realizar um estudo comparativo entre a proposta da prefeitura de reassentamento no Parque Carioca e o Plano Popular (NABACK, 2015).

Diante das ameaças do município por meio, por exemplo, da divulgação pública de anúncios de remoção, ou pretensos diálogos invariavelmente infrutíferos e nos quais a remoção é sempre reafirmada como uma necessidade, a comunidade procura meios de articular-se no intuito de resistir. Embora em muitos momentos atue em resposta aos avanços sistemáticos da prefeitura, a comunidade não apenas reage pontualmente, mas procura elaborar, em conjunto com aliados das mais diversas frentes e espaços, estratégias de resistência. Essas consistem em ações pensadas e concretizadas com o intuito de construir alternativas de forma popular e democrática, considerando todas as variáveis e, claro, também a sua permanência. A

comunidade procura, com isso, participar ativamente do processo de produção e organização do espaço e, nesse ínterim, fazer valer o seu direito à cidade.

Em posse dos documentos disponibilizados pelo Núcleo de Terras e Habitação, pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro e pela Caixa Econômica Federal - mas sem qualquer um dos solicitados à prefeitura, uma vez que não obteve qualquer resposta do município quanto à solicitação formal feita -, o GTAPM faz o estudo. Trata-se de uma pesquisa com base documental e bibliográfica, além da análise legislativa e de visitas pessoais à comunidade para verificar o terreno e examinar as edificações levantadas, de modo a avaliar cada uma das propostas. Em parecer o grupo conclui que não há justificativas técnicas ou legais aptas a amparar uma remoção da comunidade e posterior reassentamento em local diverso, uma vez que existe a plena possibilidade de urbanização do território e essa medida é tanto menos danosa aos moradores quanto menos custosa à prefeitura (TANAKA *et al*, 2018).

Ainda em 2013, uma onda de manifestações se inicia no Rio de Janeiro e toma conta do país, primeiro contrária ao recente aumento no valor das passagens do transporte público. Posteriormente as reivindicações adquirem um caráter mais amplo de luta por condições dignas de vida, que incluem uma atuação positiva do estado em áreas como saúde, educação, segurança e moradia. Nesse contexto de criação de um cenário de lutas, o prefeito realiza uma nova rodada de reuniões com a Vila Autódromo.

Nas primeiras reuniões é informado o interesse da prefeitura em debater propostas a fim de chegar a um acordo com a comunidade, uma vez que admite ter cometido erros no tratamento com os moradores e afirma a necessidade de repará-los. Em seguida são discutidos mais a fundo os entraves urbanísticos à urbanização da comunidade em consequência das obras de construção das instalações olímpicas e de mobilidade urbana planejadas para a área. A prefeitura aponta que as edificações programadas atingem necessariamente a Vila Autódromo, enquanto a equipe técnica que ajudou a elaborar o Plano Popular, amparada por ele, questiona as intervenções apresentadas, sugerindo alternativas menos danosas e que viabilizem a urbanização da comunidade (TANAKA *et al*, 2018).

Por sua vez, a fim de dar respostas atuais às problemáticas apresentadas constantemente pela prefeitura, para quem a única solução parece ser a remoção dos moradores, a AMPVA e a sua assessoria apresentam uma nova versão do Plano Popular que dialoga com óbices urbanísticos expostos. Embora cordiais e atentos à proposta, os representantes do município declaram o encerramento das negociações de forma unilateral, informando apenas que em outro momento a discussão poderia ser retomada (TANAKA *et al*, 2018).

Apesar dos esforços empreendidos pelos representantes dos moradores para apresentar propostas diversas e do pretense desejo de dialogar exposto pela prefeitura, nenhum acordo é realizado entre os presentes. Na realidade, o projeto final da prefeitura não incorpora nenhuma das sugestões da comunidade, e prevê a remoção de 70% da Vila Autódromo para a construção das instalações Olímpicas, além do agravamento dos problemas de acesso às grandes vias e das questões ligadas à drenagem que afetariam as residências remanescente (TANAKA *et al*, 2018). Com isso as tentativas de acordo chegam ao fim e é inaugurado um novo momento na trajetória da comunidade.

A atuação do poder estatal atravessa horizontalmente a trajetória da Vila Autódromo, assim como o faz em toda a cidade do Rio de Janeiro. A forma como isso ocorre, entretanto, difere diametralmente de todos aqueles espaços que não são favelas ou assentamentos irregulares. Se primeiro apresenta-se como negligente, inclusive quando inquirido pela própria comunidade a promover seu acesso aos serviços públicos essenciais e à cidade, não o faz sem motivos. Como já dito, essa é a melhor performance do seu *modus operandi*, cujo objetivo é deixar de atuar naquilo que é um dever seu e direito dessa população para, com isso, manter o espaço ainda desinteressante em suspensão, entre a legalidade e a ilegalidade. Ainda, promove a associação desse espaço a estigmas de violência e marginalidade. Esses elementos somados e a transitoriedade permanente dos quais Rolnik (2019) fala, contribuem para processos massivos de despossessão. Nas palavras de David Harvey (2005), trata-se de uma forma de acumulação por espoliação, na qual a essa expulsão é responsável por liberar ativos para o capital a baixíssimos custos:

O que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado [excedentes de capital ociosos por não ter escoadouros lucrativos] pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo. No caso da acumulação primitiva que Marx descreveu, isso significava tomar, digamos, a terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem terra, transferindo então a terra para a corrente principal privatizada da acumulação do capital. A privatização (da habitação social, das telecomunicações, do transporte, da água etc. na Inglaterra, por exemplo) tem aberto em anos recentes amplos campos a ser apropriados pelo capital sobreacumulado. (HARVEY, 2005, p. 124)

Assim, a captura da terra se mostra essencial para o processo de financeirização do capitalismo (ROLNIK, 2019). Especificamente no caso da Vila Autódromo, aliado à valorização imobiliária e o maior interesse na área pelo mercado, inclusive por conta do investimento público no entorno da comunidade, em vistas da realização do megaprojeto, é possível, através da espoliação, que aquele “terreno reserva” (ROLNIK, 2019) seja transferido ao setor privado. Trata-se, portanto, de uma ausência estratégica, de uma efetiva ação do poder

público que, ao deixar de atuar na proteção dos direitos daquela população, satisfaz os interesses do mercado.

A continuação da mesma ação estratégica desse poder consiste, então, na remoção da comunidade que ocupa o espaço, quando ele enfim se torna interessante. É a remoção como forma de governo.

Quando esse momento chega, é utilizado um conjunto de técnicas e táticas que controlam e regulam a população e tem, nesse caso, o fim último de expulsão e apropriação do território (PETTI, 2020). Violentas, essas estratégias são silenciosas, encaixam-se na luta de classes que caracteriza o modo de produção capitalista, causando insegurança nos moradores, e neles entranham o medo da remoção e da perda de tudo o que foi construído, de modo que o movimento vai aos poucos perdendo força. As incertezas provocadas pelo poder estatal são uma forma de governo da vida (PETTI, 2020 *apud* TELLES, 2015), de regulação e controle desses sujeitos e de suas subjetividades, ou seja, provocam uma espécie de suspensão do curso ordinário da vida naqueles cujo percurso é composto por ameaças, violências e inseguranças, transformando o cotidiano em sofrimento (PETTI, 2020 *apud* DAS, 1995).

Para Lefebvre (2006), essas estratégias estatais são maneiras de fragmentar e homogeneizar o espaço e com isso reprimir, administrar e dominar o espaço através do que denomina de “ilusão de transparência”. Por intermédio da promoção de uma visão homogeneizadora de um espaço inerentemente heterogêneo, o poder estatal controla não apenas sujeitos, mas essencialmente suas subjetividades, para ocultar as táticas violentas que engendra em face dessa população. Essas práticas, por sua vez, se dão no cotidiano, como esclarece Petti (2020):

[...] apreender as formas de governo das populações na contemporaneidade permite compreender que a guerra não é a ruptura, [mas] algo que se desenrola [sobretudo] nos intervalos do cotidiano. A guerra é, justamente, o motor da produção da ordem, na medida em que a exceção é tornada regra, especialmente para os habitantes das favelas e periferias urbanas. (PETTI, 2020, p. 8)

Embora até então os conflitos não se deem em meio a embates diretos e grandiosos, desenrolando-se no cotidiano com a tentativa de minar pouco a pouco a luta, a resistência da comunidade se dá de maneira semelhante, consistindo na sua permanência no território e no combate às táticas governamentais. Na cidade desigual insurgem o que Das (2007) chama de cotidianos de resistência, nos quais a população empobrecida resiste através de sua existência, porque circula, ocupa, constrói e inventa sua rotina, seu morar, seu viver. É o emprego de esforços contínuos para não somente ocupar o espaço, como participar ativamente da sua produção e, nesse movimento, construir também a cidade.

À espreita, entretanto, aguardam estratégias que o Estado, quando necessário ao cumprimento dos interesses do mercado imobiliário, e esquecendo aquilo que seria seu papel e, em último cômputo, do que justifica a sua posição de poder, faz uso em face das populações vulneráveis.

4 O ESPAÇO E AS MÚLTIPLAS FACES DO MESMO JOGO

As táticas e as estratégias engendradas pelo Estado a partir de certo momento se tornam mais ostensivas. As primeiras remoções que inauguram esse processo e enfraquecem o movimento organizado pela Vila Autódromo, em alguma medida, surpreendem os moradores mais envolvidos e impactam na luta. Não estão ainda não familiarizados com o poder de coerção e imposição do Estado. Entram em cena também os usos do seu aparato para forçar a saída dos moradores através da violência, de modo que até mesmo a integridade física deles é ameaçada. A comunidade, apesar de fragilizada, encontra meios de persistir e pressionar, de maneira a garantir sua permanência. É necessário assim, colocar em questão o que em síntese, significa todo o processo experimentado pela comunidade, antes e agora, resgatando suas marcas, seu legado político, seus pontos de estrangulamento, suas potencialidades e novos desafios enquanto luta que a inscreve na luta contínua pelo direito à cidade.

4.1 As primeiras remoções

Se você não aceitasse, assim, você não era obrigado a sair, mas já pro final, [...] quando o Eduardo Paes fez uma reunião no Riocentro, ele fez um traçado pegando assim beira do rio, beira da lagoa e um pedaço assim pegando a comunidade. Ia ficar um miolozinho. Onde tava ali determinado o traçado [os afetados] teria a obrigação de sair. E aqueles que não tava no traçado ficava se quisesse nesse resto de miolozinho? (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

O período compreendido entre os anos de 2013 e 2016 concentra um embate mais direto - e violento - entre a Vila Autódromo e a prefeitura, que então canaliza seus esforços em direção à efetiva remoção dos moradores, utilizando, para isso, os mais diversos recursos. É também um dos ápices na luta da comunidade, que mais do que nunca necessita de força para permanecer no território até então ocupado. Todas essas disputas deixam reflexos diretos no espaço que, até então majoritariamente produzido pela comunidade, começa a sofrer os impactos diretos das ações do Estado.

É então inaugurada uma nova fase na história da Vila Autódromo, marcada por uma abordagem fundada na intimidação e na coerção dos moradores para que seja procedida a sua remoção. As estratégias arquitetadas e executadas pela prefeitura são fundamentais para desestruturar a organização política até então estabelecida pelos moradores.

Após as infrutíferas reuniões, a prefeitura convoca os moradores da Vila Autódromo a um verdadeiro *showroom* no Rio Centro, casa de eventos tradicional da Barra da Tijuca e próximo à favela, no qual apresenta o Parque Carioca, um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal através do programa “Minha Casa Minha Vida”. No entanto, por duas razões o conjunto é apresentado de forma distinta dos demais da mesma classe: primeiro é exposto aos moradores como um verdadeiro empreendimento imobiliário, um condomínio residencial dotado de equipamentos de lazer como os demais da área nobre da zona oeste; e segundo não há, nesse primeiro momento, previsão de participação financeira dos beneficiados como ocorre nos empreendimentos do tipo. Os apartamentos seriam entregues de forma gratuita sob a condição de que não fossem vendidos durante os nove anos iniciais, além da oferta do valor de R\$ 5 mil reais exclusivamente para a compra de mobília (TANAKA *et al*, 2018).

Aliado aos elementos que contribuem para o processo de despossessão ou de acumulação por espoliação já mencionado, está a construção de uma forma hegemônica de posse: a propriedade privada individual registrada. Nesse sentido, a política habitacional por trás do programa Minha Casa Minha Vida e portanto, do Parque Carioca oferecido pela prefeitura, tem por base precisamente a promoção da propriedade privada da moradia. Se por um lado o registro dos imóveis enquanto propriedade individual não aumenta a segurança da posse, uma vez que esta se liga à percepção cultural, social e política da possibilidade de permanência, tampouco acrescenta qualidade de vida à população (ROLNIK, 2019). Na realidade, com o favorecimento dessa política como forma de transformação urbana, a população de baixa renda fica mais vulnerável aos processos de despossessão e nesse caso, bastante em razão da especulação e da gentrificação que acompanham o megaevento.

Nota-se que o poder público adota um discurso junto aos moradores que associa a moradia digna à vida nos apartamentos do Parque Carioca. Com isso tenta convencê-los de que, diante das condições materiais existentes na Vila Autódromo, a opção concedida pela prefeitura é a melhor das alternativas. Só não menciona, no entanto, que a precariedade enfrentada pela população é uma consequência direta de sua inércia (MUNCH, 2017).

A oferta anunciada pela prefeitura, inicialmente com aparente inocência e propagandeada em tom de ganho para os moradores, entretanto, ganha contornos ameaçadores com a presença dos funcionários da prefeitura na comunidade. Parte de mais uma estratégia da prefeitura, os agentes públicos pressionam os moradores a aceitar a oferta utilizando um discurso baseado no já existente receio de remoção sem meios adequados de realocação (SILVA, 2016). Insta frisar que as palavras dos agentes municipais travestem-se de uma oficialidade que chega em grande parte da comunidade como “a verdade”, inclusive em razão

das informações divulgadas coincidirem com o que efetivamente ocorre em diversas favelas do Rio de Janeiro. Mussolino relata o que era dito:

[...] A gente ficava com muita insegurança, né? Porque você não sabe o que vai acontecer. Porque eles falavam assim: ou você vai pro apartamento ou vai decidir na justiça [...] ou você vai pro aluguel social ou vai pra Campo Grande, é o que se falava, e a gente ficava ô meu deus, o que é que eu faço.

[...] Em 2014 a prefeitura apresentou um plano, fazendo uns apartamentos aqui onde eu moro. Novecentos apartamentos que era pra gente ser removido de lá pra cá, que a prefeitura ia precisar da área pra obras das olimpíadas, ia precisar ser removida. Aí na época eles ofereceram ou o apartamento ou o valor de R\$70.000,00. (Entrevista concedida por Mussolino em 27 de agosto de 2021)

Para os moradores que assim desejam, a prefeitura anuncia a suposta oferta do pagamento de uma indenização pela remoção no valor de mercado dos imóveis e para aqueles que ainda assim pretendem permanecer, a possibilidade de residir em uma área urbanizada - embora o plano de urbanização prometido nunca tenha sequer sido apresentado (TANAKA *et al.*, 2018).

Tudo isso é realizado com o objetivo de tornar o reassentamento para o conjunto habitacional mais atraente aos olhos dos moradores. Além da exposição, as dificuldades enfrentadas para que a comunidade seja urbanizada e conseqüentemente para que os serviços públicos cheguem ao local, somada à proximidade do novo conjunto à Vila Autódromo, fazem com que parte dos moradores veja o empreendimento de forma positiva, como oportunidade de estabelecer moradia com dignidade e qualidade de vida.

A estratégia da prefeitura é pressionar os moradores a sair rapidamente a partir de duas táticas distintas. Por um lado, o discurso dos agentes municipais tem notório tom de ameaça, deixando claro que se não saírem e se não o fizerem logo, suas únicas opções serão o recebimento de um valor insuficiente para o pagamento de aluguel ou a realocação para minúsculos apartamentos em local muito distante. Somado ao medo, à insegurança de todos os anos que já passaram sob a ameaça de remoção, as forças de um movimento coletivo de permanência são cada vez mais minadas. Por outro, o Parque Carioca é propagandeado como uma mudança de estilo de vida para os moradores, que passariam a ter todo o conforto que uma infraestrutura básica, mas inexistente na Vila Autódromo, oferece. Nesse discurso é ignorado apenas que a falta de acesso a serviços urbanos é responsabilidade da própria prefeitura. Nas palavras de Mussolino, antigo morador da Vila Autódromo:

[...] O pessoal da prefeitura, né? [que falava]. **Tinha muito funcionário da prefeitura que ia lá e ficava sempre tentando que [você] fosse lá na subprefeitura negociar né**, eu [...] cheguei a ir lá que nem falei com você, mas negociar o valor em dinheiro não negocieei, porque na época eu achava assim: **a insegurança da gente não sabe né [que] a casa da gente tem valor**, muita gente pegou muito dinheiro lá, 1 milhão, 2 milhões, muitos valores, as pessoas que foi ficando lá, resistindo, a prefeitura pagou. Mas eu não ganhei nada, só o apartamento mais nenhum centavo. Eu até coloquei na

justiça né, mas até hoje... tem uns 7 anos na justiça e o juiz nem quis ouvir a advogada, a gente nem foi chamado e o processo já foi pra segunda instância. O juiz falou que se aceitou, eu realmente aceitei, a gente não foi assim forçada a aceitar, isso eu não posso dizer que o aceitou porque quis. Mas a gente não teve assim um direito de escolha: não, a sua casa vale 300 mil, você pode comprar uma casinha onde você quiser, mas não falaram isso, a gente [...] veio pro apartamento e vai se adaptando. (Entrevista concedida por Mussolino em 27 de agosto de 2021) (grifo meu)

Por esse motivo, ante a constante ameaça de retirada forçada e da coerção exercida por agentes municipais, no final de 2013 muitos moradores começaram a aceitar as ofertas da prefeitura e até março de 2014 aproximadamente 200 famílias assinam os contratos e se mudam para os apartamentos no Parque Carioca (TANAKA *et al*, 2018). Nesse momento, como nenhuma luta é um campo uno, há grande divisão interna na Vila Autódromo, o que muitas vezes não é explícito. A esse respeito Penha comenta que os moradores articulados na luta não estavam cientes da pressão exercida não somente por agentes externos da prefeitura, mas também por membros da comunidade em acordo com os planos do município para o local:

[...] Na comunidade todo mundo tinha suas vida, todo mundo se conhecia, todo mundo se partilhava, mas quando chegou ali, aquele momento foi um divisor de águas porque entra na reunião e começa a reunião, a gente percebe que tem um grupo de morado, umas 15 famílias representantes das 150 famílias, já estavam certos que iam pro parque carioca, aí que a gente descobriu que tinha um grupo que tava trabalhando, a partir dali que a gente começou a perceber que tinha alguma coisa errada que até aí a gente não tinha percebido, a gente tava ocupado com as reuniões de lá e a gente não tinha percebido que tinha um grupo trabalhando contra a gente. Na verdade trabalhando a cabeça de outros moradores que como eu não tinha noção do que era direito, não entendia, ia pras reuniões mas não entendia ainda, não tinha uma noção política, muitas das vezes, então eles foram, conheceram o parque carioca, acharam que era muito legal. E as pessoas que trabalhavam com o prefeito falavam que lá eles iam morar com dignidade, que eles tinham outra coisa, enfim. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

Vale ressaltar que enorme parcela dos moradores que se muda nesse primeiro momento reside em áreas mais precárias da comunidade, mais baixas e, portanto, alagadiças, enquanto os demais o fazem em razão da pressão e insegurança que constantemente ronda suas habitações (TANAKA *et al*, 2018).

[...] Eles começou a negociar com o pessoal da beira do rio e a gente aguardou eles virem na nossa casa negociar, mas até antes mesmo deles vir a gente já foi lá negociar, lá na subprefeitura. A gente foi apressado demais né. (Entrevista concedida por Mussolino em 27 de agosto de 2021)

Na região mais próxima da lagoa as habitações são mais precárias, muitas delas são palafitas ou outras construções em madeira e todas sofrem com alagamentos no período das chuvas. Para esses moradores, sair da Vila Autódromo tem um significado distinto daquele atribuído pelos demais, uma vez que a sua experiência naquele território é atravessada frontalmente pela insegurança material que enfrentam. Embora nenhum dos moradores que habitam a comunidade tenha o poder aquisitivo das classes média ou alta, as condições em que

vivem todos são bastante heterogêneas e para os paupérrimos, o acordo expressa a possibilidade de aquisição do mínimo existencial. A noção política de cada um exprime em grande medida suas circunstâncias concretas.

Ainda, os apartamentos têm dois ou três quartos e a divisão não é feita pela prefeitura de acordo com o tamanho das famílias, mas concedida a opção de escolha por ordem de aceite. Desse modo, muitas famílias se apressam para negociar em razão do receio de ficar com uma habitação muito pequena. Tudo isso representa uma vulnerabilidade social mais acentuada que, quando apreendida pelo discurso do poder estatal, se transforma em uma estratégia de coerção para removê-los logo com a oferta do mínimo ao qual até então, não tem sequer acesso. De todo modo, a permanência é muito significativa, expressando a força da resistência e embora tendo sofrido abalos, é suficiente para impactar sobre o poder municipal de modo que ele torna mais ostensivas ainda, suas táticas.

Com a permanência da maior parte das famílias, a prefeitura realiza alterações pontuais na estratégia de coerção dos moradores, a fim de adaptá-la às mudanças de contexto que surgem ao longo do tempo. A tática inicial consiste, em síntese, na divulgação, por intermédio de agentes municipais que se encontram diariamente na comunidade, de que a remoção será realizada a qualquer custo.

Além disso, a prefeitura divulga continuamente informações falsas diretamente aos moradores, muitas vezes relacionadas à necessidade remoção em razão de obras não previstas oficialmente e que nunca se concretizaram. A mesma coisa é feita até mesmo em meios de comunicação de longo alcance. A mídia, portanto, exerce grande influência no que tange à propagação das ameaças de remoção do município. Aliada aos boatos frequentes na comunidade, reforça o clima de insegurança entre os moradores, levando-os a considerar as ofertas da prefeitura, em virtude do medo de perder tudo o que foi construído na comunidade, ou seja, não apenas o espaço comum, mas também os frutos dos esforços de toda uma vida materializados nas casas levantadas. Ainda, é responsável por popularizar as falsas narrativas apresentadas pela prefeitura, de que haveria ruptura e conflitos internos, de modo a manipular a opinião pública em favor da remoção da comunidade (SILVA, 2016).

Apesar do que fora divulgado durante a apresentação do empreendimento, nesse instante as opções de indenização no valor de mercado e permanência com urbanização anteriormente mencionadas não são confirmadas. Além disso, os contratos assumidos pelos moradores continham cláusula de renúncia a direitos no caso de condenação judicial do município (TANAKA *et al*, 2018).

Com a permanência da maioria dos moradores da comunidade e apesar do cenário hostil, a prefeitura lança mão de uma nova estratégia: a tentativa de coerção dos moradores individualmente, através de negociações privadas com ofertas de valores arbitrários e exclusivos para cada família (NABACK, 2015).

[...] Eles chamavam cada um individual na subprefeitura na barra pra negociar, sendo que na realidade eu e minha esposa decidimos assim. Fomos lá por livre e espontânea vontade e aceitamos trocar no apartamento. A gente se apressou mais porque [...] como nos tínhamos dois filhos, nós tínhamos preferencia por pegar um de três quartos ne, que dois quartos é do tamanho de um ovo, não dava pra nos. Aí a gente pensou “ó, se a gente não for logo, tres quartos não vai ter”, e foi o que aconteceu mesmo, de três quartos acabou rapidinho, todo mundo saiu correndo, ficou só os de dois.

[...] A negociação foi o seguinte: eu fui lá com a minha esposa, a gente falou com a mulher que tava lá na subprefeitura. Ela perguntou como é que é a sua casa, aí a gente respondeu como é que era e ela mandou uma funcionária pra fazer um dossiê e fazer todos os procedimento e aí você daria a entrada pela minha casa minha vida. (Entrevista concedida por Mussolino em 27 de agosto de 2021)

Somado a isso, não é apresentado o projeto de urbanização da comunidade abarcando as habitações remanescentes, e embora seja divulgado oficialmente, inclusive em diversas entrevistas à mídia, que é possível permanecer, os agentes públicos presentes na comunidade reiteram cotidianamente que ninguém continuará residindo no local.

As estratégias da prefeitura até esse momento baseiam-se no uso de mecanismos para a inserção e ampliação de medos e inseguranças dos moradores, e sua posterior instrumentalização de modo a forçá-los a aceitar as propostas apresentadas. Para tanto, coexistem no discurso da prefeitura a ameaça incessante de remoção sem qualquer tipo de indenização e a tentativa de convencimento com base na coerção, no oferecimento de condições apropriadas de vida, até então continuamente negadas pelo poder público. Essa última tática implica, ainda, na venda da imitação do modelo de vida da classe dominante: o viver de condomínio. O *habitat* se torna objeto de desejo porque propagandeado como uma forma de inserção no mundo do capital, mas não passa de uma ilusão, um vislumbre fantasioso, que acena aos interesses privados dos moradores.

Com base nessa premissa, as táticas são modificadas e aprimoradas pouco a pouco, até que o estímulo à individualização das demandas como forma de enfraquecimento da luta inerentemente coletiva da Vila Autódromo se torna um elemento central para o seu sucesso.

Não obstante, o ano de 2013 tem fim com uma importante vitória para os moradores da comunidade. A *London School of Economics and Social Sciences*, em parceria com o *Deutsche Bank*, dá o prêmio *Urban Age Award - Rio de Janeiro* ao Plano Popular da Vila Autódromo. O projeto concorreu com outros 170 da região metropolitana do Rio de Janeiro e foi selecionado em primeiro lugar, recebendo o valor de \$80.000,00 dólares. O valor é socializado com comunidades aliadas e que auxiliaram na elaboração do Plano, e com a parte que lhe cabe a

Vila Autódromo constrói uma creche comunitária onde as crianças podem ficar enquanto suas famílias trabalham e realizam a reforma da sede da Associação de Moradores (MEDEIROS, 2014).

Importante destacar que o já mencionado plano popular conta não apenas com a atuação da equipe técnica interdisciplinar formada por alunos e professores da UFRJ e da UFF, mas também com a participação direta da comunidade. Os moradores auxiliam ativamente no processo de diagnóstico dos problemas enfrentados pela Vila Autódromo e nas reflexões acerca das possibilidades de amenização com a necessária urbanização do espaço. A ideia por trás do Plano é combinar o conhecimento prático de quem experimenta a vida naquele território e o técnico para assistir na busca por soluções seguras à manutenção da comunidade. Ele se torna, então, importante instrumento da luta da Vila Autódromo contra a remoção, pois demonstra a sua possibilidade técnica de permanência (VAINER et al, 2013). Nesse ínterim, o prêmio da Faculdade de Ciências Sociais e Econômicas de Londres atesta a sua validade.

4.2 As demolições e os impactos violentos nos corpos e no espaço

Em 21 de março do ano de 2014 é proferida uma decisão liminar em sede da ação cautelar¹⁴ ajuizada pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública, que determina a suspensão da demolição das habitações onde residiam os moradores que foram reassentados para o Parque Carioca no início do mesmo ano. Conforme o *decisum*, a demolição fica condicionada à apresentação, por parte da prefeitura, da lista com os nomes dos moradores realocados e o seu endereço, além do projeto urbanístico para o território (NABACK, 2015). Trata-se de uma vitória para a comunidade, que impede, por ora, as demolições, pois causariam poluição e acúmulo de entulhos e se concentra nas tentativas de assegurar a urbanização já há muito necessária.

A mudança de grande parte dos moradores, planejada para o dia seguinte, não se concretiza, uma vez que a prefeitura afirma a suposta impossibilidade de entrega das chaves sem que as casas possam ser demolidas, a qual é impedida pela atuação da Associação em conjunto com a Defensoria Pública. É criado, então, um conflito entre os moradores, gerado pela divulgação dessas informações falsas (TANAKA *et al*, 2018).

No mesmo dia ocorre uma reunião na igreja da comunidade entre os moradores resistentes, a qual conta com a presença das defensoras públicas que acompanham o caso. A Assembleia é interrompida pelos moradores impedidos de se mudar, que exigem esclarecimentos a respeito do ocorrido. Para esclarecer a comunidade, a Defensoria informa

¹⁴ Processo nº 0013864-83.2012.8.19.0001 da 5ª Vara de Fazenda Pública do TJRJ.

que a decisão liminar proferida não obsta a mudança dos moradores. Na realidade, os agentes municipais afirmam ser esse o caso para desinformar os moradores de modo que eles pressionem a comunidade e a defensoria Pública. A prefeitura na verdade, havia decidido impedir as mudanças e com isso desorganizar a comunidade e conseguir a demolição das casas mesmo que contrariamente à decisão judicial, o que de fato ocorre, mas certamente não por escolha popular (TANAKA *et al*, 2018).

O NUTH agenda reunião e pede que todos os moradores compareçam, para que seja encontrada uma solução ao impasse imposto pela prefeitura. Antes que isso se concretizasse, o então Defensor Público Geral reuniu-se com os moradores sem a presença de qualquer representante do Núcleo de Terras e Habitação e informou que agiria para solucionar o caso. O próprio Defensor, apesar de nunca ter acompanhado o caso, solicitou a suspensão da liminar, e com o deferimento do requerimento, a demolição é viabilizada e iniciada. Em menos de um mês são derrubadas 123 habitações de forma irregular e absolutamente insegura (NABACK, 2015).

Para além da coerção por intermédio de discursos truncados e narrativas falsas, criadas para confundir e gerar inseguranças nos moradores, a demolição das casas dos moradores que já foram removidos causam não apenas tensão extra, mas transtornos diversos que transformam o cotidiano e o espaço da comunidade. O acúmulo de entulhos, poeira e sujeira, a precarização das vias em razão do tráfego de veículos de grande porte e a destruição das redes rudimentares de água e esgoto em alguns locais da comunidade, dificultam o dia a dia de todos os moradores, que são direta ou indiretamente afetados pelas mudanças (TANAKA *et al*, 2018). As demolições são também, uma estratégia que como nenhuma outra, afeta o cotidiano dos moradores, pois a violência com que são feitas e os impactos que causa são por demais ostensivos.

Nesse cenário, a permanência da comunidade, até então fortemente articulada tanto nos meios internos quanto externos, fragiliza-se. As dificuldades ocasionadas pelas demolições em massa de diversas residências causam transformações que impactam cada aspecto do cotidiano dos moradores. Desse modo, o processo de resistência definha visivelmente.

Jane, que teve sua casa demolida em virtude de um dos decretos de desapropriação expedidos posteriormente, conta como as demolições já ocorridas e as estratégias engendradas pela prefeitura afetam sua família:

Ali era muito deserto, eles tinham tirado as luzes todas pra me deixar nas trevas e ainda botaram aquele monte de [...] aquela pilha de cimento que eu já falei pra esconder a minha casa. Eles cavaram buracos enormes em volta da minha casa, ali já tava deserto e eles cavaram e as águas escoavam pra dentro do quintal e eu sai e tinha que ficar gritando: “por favor, fecha essa p*” e minha filha chorando atrás de mim.

Uma vez eu perturbei tanto que um encarregado chegou e mandou tirar os caminhão todo dali, as máquinas todas dali e eu fiquei parada assim, gravando aqueles homens assim andando pra lá pra frente, mas tudo com a cabeça pra trás assim me olhando porque eu falava com eles: eu vou atrapalhar o trabalho de vocês e vocês não tem culpa, tão aí pra ganhar o pão de vocês. estão recebendo ordem do demônio e eu não vou aceitar que esse demônio fique fazendo isso aqui comigo e eu conversava muito com eles, irada, e eu via que eles me compreendiam, se eles pudessem não ficavam ali. Uma vez um foi ligar minha luz porque as casas do lado já tinham saído e meu fio ficou assim ao léu, na rua, mal escorado, e os caminhões passavam e me deixava sem luz. Aí eu reclamei e eles tiveram que botar os fios assim. É muito injusto, tá? Uma mulher assim com filha jovem [...] e aí quando o rapaz foi tirar o meu fio, quando chegou no meu poste os gravatinha lá tudo gritando o nome dele que era pra ele sair. Aí foi lá ver e voltou falando assim: esses filhos da puta tão mandando deixar a senhora sem luz, eu encarei eles e que eles vão tomar naquele lugar que eu não vou deixar uma senhora com criança sem luz dentro de casa não e seja o que deus quiser. Subiu naquele poste e ligou minha luz. A ordem era me deixar sem luz. Chega um momento que você se esgota. [...]" (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

Aproveitando-se da saída de uma parcela dos moradores, a prefeitura divulga amplamente nas mídias de maior circulação na cidade que a maioria dos residentes da Vila Autódromo já havia consentido com o reassentamento, ainda que outras opções estivessem disponíveis. Nesse movimento tanto se fortalece na condição de garantidora de direitos, quanto legítima a sua atuação junto à população geral da cidade (TANAKA *et al*, 2018).

Por seu turno, a comunidade, assessorada por um coletivo técnico que atua em parceria com o NUTH, elabora o Mapa da Resistência. Trata-se de uma cartografia que conta com o mapeamento de todas as famílias dispostas a resistir e reivindicar a urbanização prometida pela prefeitura. O objetivo do projeto é visibilizar a luta empreendida por essas pessoas e demonstrar que a questão ultrapassa a demolição das edificações, mas em realidade envolve a vida e sua produção naquele espaço. O Mapa, que permite uma visão mais ampla política e tecnicamente da luta, é divulgado através de uma coletiva de imprensa em maio de 2014, e conclui pelo desejo e luta por permanência de 187 famílias (TANAKA *et al*, 2018).

A fim de esquematizar também a demolição das habitações e analisá-la para examinar se em acordo com a decisão judicial que autorizou a derrubada das moradias, e fornecer, assim, subsídios técnicos para a atuação da Defensoria Pública, a mesma equipe concebe o Mapa das Demolições. Trata-se do mapeamento do endereço das famílias que são removidas e posterior verificação da demolição da sua antiga residência. Rapidamente é percebida a destruição de casas localizadas na região central da Vila Autódromo, que em nada impactam as obras então em andamento, de modo que notório o descumprimento à decisão judicial prolatada (TANAKA *et al*, 2018).

As tentativas de articulação da comunidade se dão em meio às constantes investidas da prefeitura sobre o seu território. Por um lado, a Vila Autódromo atualiza o Plano Popular a fim

de demonstrar a sua possibilidade de permanência, os impactos das demolições para os moradores que ainda vivem no local e as constantes violações às determinações judiciais. Por outro, o executivo municipal, em evidente aliança com as empresas que formam a Concessionária vencedora do edital das obras olímpicas, a Rio Mais, e considerando o seu interesse sobre o já valorizadíssimo território ocupado pela comunidade, avança rapidamente as obras sobre ela (TANAKA *et al*, 2018).

As consequências das investidas municipais sobre a comunidade, que se deram através da demolição das casas em toda a extensão do território, a derrubada da maior parte das árvores que compunham o cenário da Vila e o intenso tráfego de carros de grande porte são analisadas por meio de uma vistoria técnica realizada pela mesma equipe responsável pelos Mapas e pelo Plano Popular, formada por arquitetos e engenheiros. Concluída a análise, ficam evidentes os impactos diretos causados pelas demolições e tráfego intenso, mas para além disso, roedores e insetos são atraídos para o local, inclusive o *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, fato este que coloca em risco a vida dos moradores (NABACK, 2015).

Os impactos das demolições atingem as mais variadas ordens, desde o meio ambiente natural, atravessando a relação que a comunidade tem com o espaço, que passa por mudanças drásticas, até as relações entre os moradores e destes com o processo de resistência que protagonizam. As demolições modificam o modo de vida ali criado como nenhuma outra tática estatal porque transformam o espaço de uma forma até então não experimentada. Inclusive, essas mudanças ocorrem ao revés do que reivindica a comunidade e de maneira que o habitar construído é praticamente exterminado.

Esses e outros fatores são demonstrados claramente no relato de Sandra, que conta como passou pelo período mais intenso de demolições e as suas consequências para a vida da comunidade:

[...] Foi muito difícil, foi muita luta, foi muito ruim mesmo. Chegou um momento que a gente não fazia mais nada, não dava nem pra sair pra trabalhar porque você acordava de manhã com a comunidade fechada pela tropa de choque. Durante o dia eram várias casas sendo derrubadas, e aí eles faziam essa derrubada sem respeitar nenhuma norma de segurança básica: quebrava os canos, então a gente ficava sem água, arrebetava os fios, a gente ficava sem luz, a prefeitura não trazia um carro pipa pra poder molhar durante, então parecia que tava tendo um bombardeio, era muita fumaça, poeira que se espalhava pela comunidade, os escombros eram abandonados e ali permaneciam durante meses, a prefeitura retirou a iluminação pública das principais ruas [...] as ruas escuras. As casas que ela não podia derrubar, ela esburacava. Vamos dizer assim: a família saía, mas ao lado tinha uma outra casa que ainda não tinha saído, então ela esburacava a casa. Então ficou um ambiente assim, péssimo né [...] sub humano, de moradia, porque era muitos escombros abandonados, casas esburacadas, rua escura. A prefeitura suspendeu serviços básicos como a coleta de lixo, entrega de correspondência, então [tinha] muito lixo. Essas máquinas que passavam o tempo inteiro pela rua deixava as ruas todas esburacadas porque era de terra batida, né, então passava e deixava com muitos buracos. Quando chovia eram poças enormes de água.

Com escombros a gente não tinha por onde passar, passava por meio dos escombros e muita gente se machucava com isso, porque eles tinham muito ferro. [...] Depois veio o corte das árvores, o desmatamento absurdo. Então aquilo era agressivo demais, os escombros, árvores derrubadas, depois das árvores derrubadas veio o calor insuportável, porque uma comunidade que é arborizada, um ambiente fresco, ficou quente demais, com um monte de escombros. Foi uma coisa de louco o que a prefeitura fez aqui, espancou os moradores, derrubou casas com tudo dentro, tiveram assim casas que foram derrubadas com tudo dentro. Foi uma loucura, realmente, é inimaginável o que a prefeitura fez aqui. Eu nunca pensei que o estado fosse capaz de fazer uma barbaridade, como que fez aqui pra obrigar as pessoas a abrirem mão de seus direitos. Fez um decreto de desapropriação no qual ele desapropriou mais de cem famílias, com justificativas absurdas assim, de que era necessário pra transolímpica, construção da estação do BRT, coisas absurdas que não tem o menor sentido, o BRT você vê que [...] é uma estação fantasma, não tem nem bilheteiro. (Entrevista concedida por Sandra em 24 de agosto de 2021)

Ainda, são identificadas violações ao estabelecido pelo Decreto Municipal nº 23.235 de 2003, que dispõe acerca das normas para a execução de demolições na cidade do Rio de Janeiro. Inclusive, observadas fissuras nas casas habitadas, relacionadas ao intenso fluxo de caminhões e veículos de grande porte, uma vez que as ruas estreitas e sem pavimentação não são capazes de suportar toda a carga carregada pelas máquinas (TANAKA *et al*, 2018).

O relatório demonstra os danos ambientais causados pelas demolições e pelos avanços das obras sobre a comunidade, além das violações aos direitos humanos dos moradores. Conclui, portanto, com a recomendação de uma avaliação do projeto Parque Olímpico, que até então ainda não havia sido divulgado, para verificação dos impactos na Vila Autódromo, e a produção antecipada de provas de maneira que sejam investigados os riscos que novas demolições causariam às demais habitações. O documento é juntado à Ação Civil Pública em setembro de 2014, que se encontra, então, em fase recursal (TANAKA *et al*, 2018).

Outra Ação Civil Pública, já ajuizada, trata especificamente das demolições das habitações na faixa marginal¹⁵. No final do ano de 2014, às vésperas do recesso forense, o Desembargador que atua no caso profere uma decisão autorizando a demolição das casas localizadas naquele local, desde que mediante qualquer forma de indenização acordada entre as partes, privilegiando o interesse do município na retirada das habitações, o que enfraquece a resistência dos demais moradores (TANAKA *et al*, 2018).

Frise-se que a demolição das casas onde residiam as famílias reassentadas é uma das principais estratégias utilizadas pela prefeitura para enfraquecer, paulatinamente, as lutas pela permanência da comunidade. As redes de abastecimento de água e fornecimento de energia são diretamente afetadas, os entulhos e a sujeira empilham-se, atrapalhando a passagem e atraindo insetos e animais que portam doenças, as ruas, projetadas e efetivamente construídas pelos

¹⁵ Processo nº 0075959-18.2013.8.19.0001 da 5ª Vara de Fazenda Pública do TJRJ

próprios moradores são destruídas pelas grandes máquinas, e até mesmo as residências têm suas estruturas abaladas.

Importa ressaltar que os danos causados pelas demolições realizadas, inclusive em desacordo com as normas que regulamentam tal ato, representam uma violência explícita contra os moradores. Os impactos não apenas na sua rotina, mas nos seus corpos, uma vez que expostos a entulhos que provocam ferimentos e a um nível de insalubridade que acarreta em doenças, evidenciam o absoluto descuido não somente com o bem estar, mas com a saúde e a integridade físicas dos moradores por parte do poder estatal.

O cenário que se forma na Vila Autódromo com as demolições, com o acúmulo de poeira, entulhos, sujeira e casas esburacadas, é similar ao de guerras. Não apenas aparentemente, a forma como os moradores são tratados lembra um estado de exceção. No cômputo geral, essa é a regra no Rio de Janeiro. Isso se dá pela negação absoluta da subjetividade desses sujeitos pelo capital, negação visível de corpos que compõem o outro da cidade, aquele que deve ser controlado, regulado e, no extremo, apagado da paisagem (MUNCH, 2017).

4.3 Linhas de fuga

Em 2015 são expedidos Decretos de Desapropriação contra 48 unidades habitacionais da Vila Autódromo, dentre elas as casas das principais lideranças comunitárias, embora nenhuma estivesse no trajeto de obras viárias do Parque Olímpico. De fato, a maior parte das residências afetadas pelos Decretos seriam demolidas em 2015. Em verdade, até o final deste ano 117 residências seriam derrubadas (MONTEIRO et al, 2017).

Jane relata a violência vivida ao longo dos meses que antecederam a demolição da sua casa, registrada em fotos por seu sobrinho:

[...] Ele me disse: Tia, eu pedi a moradora se me deixava fotografar a casa da senhora, foi na janela fotografar: aquele canteirão gigante de obra assim e a minha casa pequenininha, pilhas imensas de três metros de altura, três metros não, era mais, tinha andaime da altura da minha casa, só o andaime, as máquinas chegaram e empilhavam os cimentos lá, então aquilo ali dava uns seis metros de altura, aí eles abriam os sacos lá, metiam o gancho da máquina pra puxar os sacos e quando rasgava já vinha aquela fumaça toda pra dentro da minha casa, aquela poeira toda [...] Aí você tira uma ideia das articulações que eles fazem para prejudicar os moradores de favela [...] e aí parte da comunidade foi sendo vencida pelo cansaço, parte dos moradores acabaram aceitando aqueles apartamentos, depois se arrependeram. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

Em resposta, a comunidade busca a assistência da Defensoria Pública, que questiona a alegação de utilidade pública dos decretos desapropriatórios emitidos pela prefeitura, em sede

de ACP por ela ajuizada¹⁶. Argumenta o NUTH que o território no qual se localizam as casas ameaçadas é demarcado como Área de Especial Interesse Social, portanto a habitação social é definida por lei como prioridade. Ademais, o terreno é propriedade do Estado do Rio de Janeiro, de modo que o município não tem autonomia para desapropriar qualquer imóvel no local.

Apesar dessas ações empreendidas através da rede de assessoria da comunidade, os moradores sentem-se mais acuados pelas investidas municipais e pelas ameaças constantes que rondam a Vila Autódromo, fato este que motiva cada vez mais famílias a negociar com a prefeitura a sua remoção. Nesse cenário, a comunidade busca e logra êxito em uma maior articulação com movimentos sociais e com outras comunidades ameaçadas de remoção. O NEPLAC realiza um evento que catalisa essa união e a partir de então lideranças de outras favelas se aproximam mais do movimento de resistência na Vila Autódromo, da mesma forma que o inverso também ocorre (TANAKA *et al*, 2018).

Pouco depois da realização desses encontros, a prefeitura tenta se imitir na posse de um imóvel localizado no núcleo da comunidade para demoli-lo logo em seguida. A tentativa, embora falha, é violenta e deixa diversos moradores feridos, inclusive uma das lideranças da Vila Autódromo, a sra. Maria da Penha Maceno, que teve seu nariz fraturado na ocasião. As imagens de Penha, como é conhecida, chegam até as mídias internacionais, e por conta dessa repercussão tem início o movimento “#OcupaVilaAutódromo” nas mídias sociais, cujo intuito é a realização de atividades recorrentes a fim de manter a presença constante de apoiadores externos e, assim, evitar as ações truculentas promovidas pela prefeitura (SILVA, 2016). Trata-se de uma campanha com duplo alcance: na mídia, visibilizando o conflito e convidando apoiadores a participar, bem como, utilizando esse auxílio presencial de parte dos alcançados pela publicização, mas também de outros atores já inseridos na luta, para realizar atividades cujo objetivo é impedir as violações dos direitos humanos da comunidade que ainda permanece.

A primeira atividade é a construção de uma espécie de barricada na entrada da comunidade para impedir a entrada dos veículos de grande porte que destroem as ruas, funcionando também como pressão para impedir as ações arbitrárias da prefeitura. Entre 2015 e 2016 são promovidos diversos eventos, culturais e educacionais, que buscam dar um novo significado ao território da comunidade e nesse momento já se encontra assolado pelas violentas investidas do executivo municipal. Com isso, as obras da prefeitura são constantemente interrompidas pelos moradores com o uso de barricadas, pois apenas com o conserto dos estragos provocados pelos grandes automóveis seria possível entrar na

¹⁶ Processo nº 0159686-98.2015.8.19.0001 da 5ª Vara de Fazenda Pública do TJRJ

comunidade. Essa última ação ajudou a garantir uma habitabilidade mínima no local (SILVA, 2016).

Todas as atividades, especialmente aquelas que têm como foco a divulgação das ações estatais violentas, como é o caso das pichações e das atividades lúdicas que retratam aquele território, são publicizadas por meios de comunicação de largo alcance, inclusive internacionais, o que traz grande visibilidade para o caso. A ideia era denunciar a situação emergencial e insalubre em que se encontravam os moradores: sem o fornecimento adequado de energia elétrica e água corrente, sem saneamento básico apropriado, e sendo obrigados a conviver diariamente com os entulhos e a sujeira provocados pelas demolições, sem qualquer prenúncio de um projeto de urbanização para o local. Essa publicidade é essencial para o processo de resistência empreendido, que ganha mais apoio externo para lutar por sua permanência (TANAKA *et al*, 2018).

Em agosto de 2014 é realizada uma vistoria na comunidade por desembargadores responsáveis pelo julgamento da Ação Civil Pública ajuizada pelo Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública¹⁷. No dia anterior à visita a prefeitura faz uma rápida limpeza do local. Na ocasião do encontro, entretanto, os moradores denunciam o ocorrido e requerem condições mínimas de habitabilidade. Pouco depois é proferida a decisão que julga o recurso interposto pela Defensoria, a qual decide pela possibilidade de demolição de qualquer imóvel que seja alvo de indenização, obedecidas as normas legais para tanto, e com atenção especial às casas geminadas. Por outro lado, reafirma o direito de permanência daqueles cujas casas não estão na rota das obras olímpicas e determina a garantia, pela prefeitura, de uma infraestrutura básica para aqueles que decidirem pela continuidade na comunidade (TANAKA *et al*, 2018).

Meses depois, já em outubro de 2015, a prefeitura demole cinco imóveis sem qualquer notificação prévia às famílias que neles residem. Aqueles que estão em casa são retirados pelo numeroso efetivo da guarda municipal enviado para realizar a destruição, enquanto aqueles que estão fora tem suas casas invadidas. Alguns pertences são retirados e levados a um depósito, mas a maioria é destruída junto com os imóveis e embora muitos tenham tentado buscar seus bens pessoais, a maior parte dos moradores afetados não consegue mais recuperá-los (TANAKA *et al*, 2018).

O ano de 2016 tem início com 45 famílias ainda morando na Vila Autódromo. A primeira investida do executivo municipal consiste no avanço dos limites do parque olímpico sobre a comunidade, que teve seu perímetro cercado por tapumes e, a cada demolição, reduzido.

¹⁷ Processo nº 0075959-18.2013.8.19.0001. Nessa ACP foi proferida uma decisão liminar determinando a retirada do entulho do prazo máximo de três dias.

A prefeitura tenta, ainda, impedir o fornecimento de energia elétrica e até mesmo retirar os postes de iluminação pública do local (TANAKA *et al*, 2018).

Em fevereiro, apesar dos esforços empreendidos pela comunidade e aliados, com vigílias e protestos pela permanência, a sede da Associação de moradores é demolida. Em seguida, a casa de uma das lideranças remanescentes, Penha, é ameaçada.

Nesse momento de tensão outra campanha surge nas redes sociais, a “#UrbanizaJá”, que consiste na gravação de vídeos pressionando o então prefeito, Eduardo Paes, pela urbanização da comunidade. Essa campanha atinge não apenas moradores e militantes de movimentos já parceiros da comunidade, mas celebridades e intelectuais brasileiros e mesmo internacionais (SILVA, 2016).

A mídia pode ser, e efetivamente é, nesse caso, um poderoso instrumento de coerção e manipulação de opiniões, através da publicização do conflito sob o viés de um dos seus lados, tendo sido largamente utilizada pelo poder estatal. Fonseca (2004) esclarece que:

[...] a mídia promove a intermediação entre as esferas pública e privada, o que implica a atuação de atores privados mediando seja outros interesses privados, seja (principalmente) interesses públicos, coletivos, o que significa uma grave ambiguidade tendo em vista a própria mídia pertencer à esfera dos interesses privados, a começar por seu caráter empresarial. (FONSECA, 2004, p. 1)

Por outro lado, ela é também, marcada por contradições, um mecanismo de poder heterogêneo, sobretudo se consideradas as novas mídias digitais e a sua entrada massiva nas redes sociais. A Vila Autódromo, então, apropria-se de sua história e através dos meios de comunicação alternativos, pequenos e grandes, nacionais e internacionais, para criar sua própria narrativa e conseguir um amplo apoio externo. Essa é uma estratégia fundamental e decisiva em sua trajetória de resistência. As campanhas da comunidade têm um alcance inédito, especialmente se considerado tratar-se de uma pequena favela no Rio de Janeiro já quase completamente removida. Essa promoção da visibilidade do conflito e de um outro lado dele tem resultados quase imediatos.

Pouco depois a residência da Penha, não por acaso, símbolo da resistência da Vila Autódromo, após vários dias de vigília composta por moradores e apoiadores externos, é demolida. A oferta de negociação individual é negada pela liderança e sua família, que exigem um acordo coletivo para concretizar sua saída. Mesmo com a demolição, a família de Penha decide permanecer na comunidade, e para tanto é abrigada por uma família vizinha (TANAKA *et al*, 2018).

Comentado [1]: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/smkPpKnzYLQYPPjy7CtRXtL/?lang=pt>

Essas duas demolições são marcantes para a comunidade, pois ambos os lugares foram em diversos momentos importantes para a articulação entre os moradores e a sua rede de apoio. Tudo isso é fortemente publicizado de modo a pressionar a prefeitura.

A partir da posição que demarca Penha, quando deixa de negociar com a prefeitura mesmo após a demolição da sua casa, é possível enfatizar o protagonismo que as mulheres da Vila Autódromo adquirem na luta. Apesar de historicamente excluídas da esfera pública, sobretudo das posições de destaque, os movimentos sociais, embora também limitantes, são um espaço onde é possível às mulheres subverter o lugar recluso que lhes é designado (MONTEIRO e MEDEIROS e NASCIUTTI, 2017). É o que ocorre na luta por direito à cidade e na Vila Autódromo, onde as mulheres têm ocupado lugar de destaque, através do seu engajamento e da vivência durante o processo de remoção, constituindo e protagonizando, assim, a resistência. A trajetória das mulheres da comunidade, aqui simbolizada por Penha, demonstra o seu papel fundamental nas lutas sociais, e o rompimento com essa noção de “lugar do feminino”.

Para além disso, Penha expressa material e simbolicamente a capacidade de perseverar na luta, a permanência, o não desistir, a coragem de lutar que marcou e marca ainda, a Vila Autódromo, o que também ela representa, pois continua a habitá-la e a lutar por uma existência/resistindo, no cotidiano, porque afinal, foi nele que contribuiu para a produção desse espaço, parte da cidade, enquanto nele foi se produzindo, a cada ato, como sujeito político crítico.

Com o movimento em andamento nas redes e a comunidade atordoada com as demolições recentes, a prefeitura finalmente convoca uma coletiva de imprensa sem convidar a comunidade e divulga um projeto de urbanização para ela. Além de não haver qualquer participação da própria Vila Autódromo na sua formulação, a proposta traz a construção de pequenos imóveis para apenas 30 famílias, não abarcando todos os moradores remanescentes. Ademais, traz áreas reduzidas para os imóveis, além de construções diminutas em demasia, além de eliminar a maior parte das construções já existentes e não prever qualquer espaço de uso compartilhado (MUNCH, 2017).

Pouco depois, em 28 de março de 2016, ocorre a primeira reunião para a apresentação de um acordo coletivo entre a prefeitura e as famílias que ainda desejam habitar a Vila Autódromo. Os moradores, assessorados pelo NUTH, manifestam sua insatisfação quanto ao projeto original e apresentam tímidas alterações, pelo receio de que a prefeitura volte atrás no plano de urbanização. Requerem o aumento das áreas, poucas mudanças nas edificações e

exigem a permanência em suas casas, exceto no caso das casas que teriam que ser demolidas para a construção das novas residências (TANAKA *et al*, 2018).

Em 12 de abril o acordo é oficialmente aceito pela comunidade. O projeto, então, consiste na construção de habitações pequenas e padronizadas, mas que podem ser alteradas, cada uma em um terreno de 180m², e que podem ser usadas para fins residenciais e comerciais. Ainda, a comunidade consegue que as casas sejam demolidas apenas após a entrega das novas residências, à exceção daquelas localizadas na área prevista para as edificações. O plano é alterado, porém, para que permaneçam apenas 20 famílias, pois parte das remanescentes têm receio de que as novas casas nunca sejam finalizadas e reste a elas apenas as habitações provisórias (TANAKA *et al*, 2018).

E aí a gente fez um acordo extrajudicial com a prefeitura em que eles iam construir 20 casas, fazer uma quadra, uma associação e na praça e o espaço cultural, e urbanizar a rua em que nós íamos ficar e urbanizar a rua da igreja, que a gente tem uma capela aqui também. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

Durante toda a obra o clima é de intensa insegurança e desconfiança. Por essa razão, moradores e apoiadores permaneceram frequentando a comunidade para pressionar a prefeitura a cumprir integralmente o acordo. A mídia apoiadora também se mostrou muito presente durante esse período.

Por fim, após o adiamento em uma semana por atrasos na conclusão da obra, no dia 29 de julho as residências são finalmente entregues. A equipe técnica que assessorou a comunidade durante todos os anos que precederam o momento e havia elaborado o Plano Popular, realiza uma vistoria, verificando a necessidade de reparos, que são efetivamente realizados posteriormente. As instalações coletivas, entretanto, nunca tiveram suas obras sequer iniciadas (TANAKA *et al*, 2018).

Só que só foi feita a primeira parte da obra, a segunda parte até hoje não foi feita, a gente só conseguiu as 20 casas, urbanizar as duas ruas e só, o resto... A gente paga a nossa água, paga a nossa luz, mas o resto não foi feito. (Entrevista concedida por Maria da Penha em 18 de agosto de 2021)

O conflito entre a Vila Autódromo e o poder estatal tem desfecho mas não fim, pois é essa uma característica própria do espaço (MUNCH, 2017) e da cidade no âmbito de relações de poder. O projeto de urbanização da prefeitura busca ao máximo homogeneizar e fragmentar o espaço social produzido pela comunidade, tornando-o especializado, reproduzindo em menor escala o que seria um conjunto habitacional. A lógica do habitat domina essa construção porque planeja dividi-lo, separando a vida em setores, segregando-a em lugares específicos, cada um direcionado a um “ato elementar”, de modo que eles não se encontrem (LEFEBVRE, 2006). Mas também, ela impede que todos esses elementos e espaços especializados tornem-se um

global heterogêneo, na medida em que os equipamentos necessários ao uso comum sequer são construídos. É furtada dos moradores a possibilidade de produção social, mas isso não ocorre de uma vez por todas, pois há sempre uma linha de fuga possível.

Uma das antigas moradoras, D. Jane, reflete sobre o projeto da prefeitura e acerca da forma como ele definiu o espaço outrora produzido pela comunidade:

Aquele projeteco da prefeitura [...] a defensoria disse que a comunidade tava lá. Ai eu falei que a vila autódromo não está lá, o que está lá é um projeteco da prefeitura, que tirou as casas originais da vila autódromo, instalou aquilo lá e colocou as famílias que eram das casas originais da vila autódromo lá dentro. Tirou daqui e colocou do lado, e onde tirou as casas tá desocupado. Foi o simples prazer de dizer eu meto a cara, eu destruo, eu destruo tudo e tem que ser como eu quero. Ia dizer que a Vila Autódromo ficou lá, depois que eu lutasse tanto pra me colocar lá no meio, agora eu digo doutora: foi muito bom não terem feito nada pra mim ir lá pro meio porque eu estava lutando pelas casas originais da Vila Autódromo, o direito da comunidade de viver naquele espaço. Agora, quebrar as casas originais e deixar as pessoas ali naquele mesmo pedacinho, só pra provar que derrubou e fez o que quis? um terreno de 30 metros por 15 de cada pessoa, menos de um quarto do [tamanho original]. Eu não sei isso aí não. Isso aí não é vila autódromo, é projeteco da prefeitura [...]. Tiraram toda a característica da comunidade, fizeram tudo o que queriam fazer, prometeram que depois seria transformado em escolas, não houve isso, não foi feito de forma nenhuma. Ficam botando de vez em quando público pra utilizar la dentro como um pirulito [...] é mais o espaço mesmo que tiraram de casa não tem nada, tá tudo no mato, virou tudo mato. (Entrevista concedida por Jane em 28 de agosto de 2021)

Chama a atenção o fato de que o terreno onde se situava a Vila Autódromo, apenas parcialmente ocupado por ela atualmente, encontra-se vazio. Nenhuma das obras anunciadas pela prefeitura, tanto destinadas a equipamentos olímpicos, quanto de ampliação de vias da cidade foi concretizada. O terreno, depois de eliminada a comunidade quase em sua totalidade, desmatada a área e asfaltada, permanece sem ocupação, transformou-se em uma área em especulação, à espera de uma destinação que sirva aos interesses do capital.

Para Jane, a Vila Autódromo não existe mais porque não é o espaço onde viveu grande parte da vida e que agora é irreconhecível, pois nenhuma construção original além da igreja católica resistiu às investidas da prefeitura. A demolição de absolutamente todas as casas dos locais de socialização da comunidade, a saída da maior parte da comunidade, daqueles que a produziram significa o fim do modo de vida ali criado. Resta, então, o habitat, a essência pura do concebido (LEFEBVRE, 2006), que simboliza, para Jane e outros moradores, o fim de um espaço anteriormente entendido como lar.

Mussolino, por sua vez, saudoso da época em que residia na comunidade, tece comentários sobre o que sente com relação à sua remoção:

[...] Eu me arrependo de não ter ficado, de ter coragem até o final. Só você vai vendo, vai envelhecendo, que vai aprendendo as coisas, você tem que ter fé e ver até o fim o que vai acontecer. Você sair e correr da luta antes e depois acaba aguentando as consequências. (Entrevista concedida por Mussolino em 27 de agosto de 2021)

Forçado pelas circunstâncias impostas pela prefeitura, Mussolino é um dos moradores que saiu da comunidade em 2014 e que se arrepende da decisão em razão do modo de vida que ali criou. Como Jane, valoriza o tempo de vida que experimentou naquele lugar e a resistência empreendida, sente falta do cotidiano do lugar, mas ao contrário dela, encara a atual Vila Autódromo como um outro momento da comunidade do qual gostaria de fazer parte.

Esse modo de vida, entretanto, se insere em um contexto que transcende a vida na Vila Autódromo e nele as remoções ocorrem e são justificadas. Desenrola-se em meio ao desenvolvimento de uma sociedade, cujo modo de produção é baseado nos interesses do capital, a tentativa de gerir e normalizar as multiplicidades humanas, através de instrumentos, ações e relações sociais que permitam o ajustamento desses sujeitos a essas relações de produção. A lógica que rege as coisas, as obras, as instituições, tem por fim último assegurar a funcionalidade dos sujeitos, moldar sua subjetividade de modo que sejam úteis ao capitalismo.

Para tanto, entram em jogo elementos e técnicas de poder diversas. Elas podem ter um caráter punitivo, a exemplo do que ocorre na Vila, assim como podem também ser repressivas e produtivas ao mesmo tempo. Da mesma forma, tão plurais e minuciosas quanto essas táticas e componentes que constituem e expressam o poder, a resistência, como mostra a Vila, se molda e subverte. O sentido do processo pelo qual passa a Vila Autódromo, da trajetória aqui narrada, não pode, portanto, ser único. Não é apenas a defesa da sua posse, ou a reação pura às investidas e violências do poder. Pode ser compreendido, na realidade, como uma potência que se insinua desde a sua gênese, quando da produção do espaço ocupado, da cidade e em meio a ela, sempre atravessada por (violentas) relações de poder, mas que não desaparece e sim se distribui ao longo do processo em que se produz o espaço, já que este não tem um termo final.

Para Mussolino, essa potência, a resistência da Vila Autódromo, se expressa sobretudo na permanência das 20 famílias que conseguiram ficar até o final. É a forma como a comunidade se estrutura atualmente que reflete o processo pelo que passou e significa a sua vitória.

Jane, por sua vez, olha para a trajetória de outra forma. É crítica da comunidade em sua forma atual, não daqueles que escolheram permanecer nessas condições, mas das transformações realizadas pelo Estado e movidas pelos interesses do capital (sobre os quais sempre comenta em tom repreensivo). Para ela, como deixa claro na entrevista concedida, a vitória foi, na realidade, do próprio Estado.

Não é possível afirmar que Jane ou Mussolino, que aqui expressam a opinião de outros moradores e atores participantes da luta da Vila Autódromo, estão certos ou errados. Mas importa estabelecer entre eles um ponto comum que pode ser lido como a potência da resistência analisada, e aduzido por todos aqueles que foram entrevistados nessa pesquisa: as lições que a

comunidade deixa acerca da resistência e da luta por moradia e por direito à cidade no Rio de Janeiro. Se o legado deixado pelas Olimpíadas de 2016 na cidade foi uma onda de remoções de destruição, a Vila Autódromo deixa um histórico de luta, atravessado pelas relações e contradições que o marcaram, e, sobretudo, deixa e ainda é a história de uma resistência anterior a esse período, mas contemporânea a ele e também atual.

O sentido que tem o capital, embora sinuoso, adequa-se a cada tempo/lugar. Mas a experiência da Vila Autódromo se apresenta como multiplicidade, construindo o seu sentido e o seu espaço, organizando-se politicamente e se recriando e nesse movimento desafiando aquele imposto pelo capital. Hardt e Negri (2004, p. 118) expõem que “as lutas do passado podem fornecer exemplos importantes, mas as novas dimensões do poder requerem novas dimensões de resistência”. Ao olhar para a trajetória da Vila Autódromo é possível abstrair lições importantes para compreender a resistência e a luta e os seus desafios em busca do direito à cidade.

A trajetória da Vila Autódromo, sobretudo por estar localizada em uma área em contínua valorização, insere-se nesse contexto e é necessariamente afetada por ele. O Estado, em relação dialética com o capital, opera de modo a regular os corpos e o espaço a fim de controlar - ou em última instância eliminar - os primeiros e apropriar-se do último. Para tanto, utiliza estratégias e táticas, a exemplo das narradas, que vão desde ameaças e coerções cotidianas, até a violência ostensiva. Os seus impactos, precisamente porque são muitas as técnicas e direcionadas aos mais distintos níveis da sua resistência, atingem as relações intrafamiliares, as relações entre a comunidade e destes com o espaço que habitam ou lutam para habitar.

Por um lado, essas táticas, em acordo com a sua finalidade, afetam fundamentalmente a subjetividade de cada um dos moradores. Incutem medo e insegurança quanto à sua habitação para instrumentalizar esses afetos e com isso romper os laços que tornam o seu desejo de permanecer tão intenso. Pretendem romper com a resistência construída cotidianamente minando-a paulatinamente também no cotidiano. Quando não é suficiente, o Estado não hesita em garantir a apropriação do espaço pelo uso da força.

Por outro, mas de modo a convergir com a regulação dos corpos, tenta-se homogeneizar o espaço. Entretanto, isso vai sempre de encontro ao que é característica essencial e imutável sua: a heterogeneidade. Lefebvre (2006) aduz que “[...] no seio desse espaço [abstrato], a reprodução das relações sociais de produção não se consuma sem um duplo movimento: dissolução de relações, nascimento de novas relações” (LEFEBVRE, 2006, p. 84). Essas novas relações sociais engendram em novas produções que são formadas na e acentuam a diferença, “[reunindo] o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e momentos da prática

social. [Acabando] com as localizações que rompem a unidade do corpo (individual e social), do corpo de necessidades, do corpo do conhecimento” (LEFEBVRE, 2006, p. 84).

Embora reconstruída segundo a lógica do *habitat*, a Vila Autódromo em seu formato atual não é definida inteiramente por ela. Pelo contrário, nesse espaço modificado intensamente nascem também outras formas de produção. Os moradores se apropriam desse novo espaço realizando festas e celebrações, denunciando os abusos durante a remoção, convidando as universidades, enfim, criando novas relações e formas de se relacionar. Mais do que isso, os festivais e convites se estendem às suas casas, de modo que os limites do espaço concebido de maneira fragmentada, embora nunca assim concretizado, são rompidos com a dissolução do que é público e coletivo, daquilo que se insere apenas em uma dimensão privada.

Questionada acerca da possibilidade de uma nova onda de remoções, Sandra responde que

Sempre haverá o risco para a população pobre, por isso a necessidade de manter essa visibilidade, essa luta, porque a nossa vitória passa muito mais pelo âmbito político do que jurídico e nós tivemos um apoio muito grande da defensoria, uma atuação maravilhosa do NUTH. [...] mas com certeza o trabalho de visibilidade [é essencial], porque você tá sempre correndo risco. A partir do momento que você é pobre, que você mora numa área pública, numa comunidade, numa favela, você tá sempre correndo risco. (Entrevista concedida por Sandra em 24 de agosto de 2021)

De fato, o espaço ocupado pela Vila Autódromo nunca terá suas ameaças cessadas. O inabitável produzido pelas remoções é sempre uma possibilidade, mas em oposição um campo de resistências possíveis se abre, que não tem um lugar próprio, ocupa diversos, mas sobremaneira o âmbito político.

Diante desse risco, a luta empreendida pelos moradores e atores participantes da trajetória da Vila Autódromo que permanece central nos movimentos de luta por moradia e atravessam a vida dos moradores da comunidade, tanto os que foram removidos como os que permanecem, em prol da garantia de direito à cidade. Um direito à cidade, porém que não se reduza às reivindicações por serviços urbanos ou por um teto, mas, como já dito, guarde relação com noções de democracia, cidadania e autonomia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo se propôs a narrar o percurso da Vila Autódromo enquanto experiência de luta na relação com os atos do poder estatal indagando os sentidos desse processo, tomando por referência o direito à cidade. Ao intentar resgatar a experiência da Vila Autódromo, questionando seus sentidos para os moradores e para as lutas sociais, o propósito mais específico foi discutir desde as ameaças remocionistas até as próprias remoções e demolições, tudo visto na confluência entre as necessidades sociais, lutas sociais e violência estatal.

Para dar conta de tais propósitos, foi inicialmente abordada a constituição das favelas no Rio de Janeiro, no contexto de disputa e sob a hegemonia de um projeto de classe de onde emerge a Vila Autódromo, destacando o tempo e o caráter inicial da ocupação/produção de um espaço específico no âmbito da cidade. A narrativa segue enfatizando momentos determinados da luta que denotam não apenas mudanças temporais, mas espaciais, quais sejam, o tempo das ameaças sob violência relativamente silenciosa, o tempo das primeiras remoções e o tempo da violência ostensiva. Nessas relações/tempos/espacos, foi demarcada a resistência da Vila tomando por base o direito à cidade em três grandes atos.

Assim, a constituição do espaço em que se situa a Vila Autódromo se dá a partir da auto-produção como alternativa viável para que seja erguida. Trata-se de uma estratégia de sobrevivência que alia o abrigo necessário, e de difícil acesso pelas classes menos abastadas, à proximidade do trabalho, interessante ao capital, mas que não é providenciada por ele. Mais do que isso, porém, essa autoconstrução do privado e do comum é também produção do espaço que se dá no cotidiano e forma uma cidadania atrelada à participação na produção do que é habitado. Nesse movimento ensaia-se um sujeito político, que reivindica, talvez inicialmente sem uma consciência crítica disso, o direito à cidade, compreendido não apenas como o direito a um teto, mas o direito à participação na produção e planejamento do urbano.

As ameaças de remoção marcam o segundo momento em que se insere a Vila Autódromo. Em meio à expansão imobiliária para a zona oeste e a realização de megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, a remoção ganha tons realistas para a comunidade, inclusive materializadas em estratégias que a prefeitura usa para desestabilizá-la. Diante disso são necessárias ações de naturezas diversas. Para defender o seu direito de permanência, como um reflexo do direito à cidade, aliam estratégias que utilizam o próprio aparato estatal, como a assessoria da Defensoria Pública e os instrumentos jurídicos dos quais ela dispõe, bem como articulações com movimentos populares de luta por moradia e outras comunidades ameaçadas para unir-se em prol de direitos comuns.

Mesmo com o poder estatal procedendo de fato à remoção de parte da comunidade, utilizando técnicas de coerção, manipulação e negociação para atingir a finalidade desejada, a maioria permanece, o que denota já sua força.

Em face disso, o Estado passa a submetê-la a táticas mais ostensivas, que violam os direitos fundamentais e humanos básicos, inclusive pondo em risco a sua integridade física. Além disso, as ações violentas orquestradas pela prefeitura por intermédio de seus agentes agem sobre a psiquê dos moradores desestabilizando o movimento, mas novos atos de resistência se seguem, reunindo atores externos, o que fortalece seu poder de pressão sobre o

município. Essas resistências, nesse momento bastante publicizadas, por isso também, obtêm em parte o impacto desejado porque algumas famílias conseguem ficar, embora a maioria tenha de fato sido removida.

Visto o processo como um todo, a Vila Autódromo nasce, luta e quase desaparece em meio à acirrada disputa pelo espaço e pelo modo de vida ali criado, situado entre os interesses do Estado/Mercado e as suas próprias necessidades. A partir dessa disputa permanece em aberto a questão central formulada, que diz respeito aos sentidos da experiência vivenciada pela comunidade. Mas é possível retirar dela, ao final do estudo, algumas indicações. Destas, provisórias e inexatas pela natureza mesma da realidade, é possível inferir de cada um dos atos e do todo o que ambos significam para aqueles sujeitos que compõem e se compõem na vivência da comunidade e da cidade. Indicam ainda sinais, heranças e uma força que não fica apenas no passado, mas está no presente e no futuro. Incluem também uma mistura de formas antigas e novas, a confluência entre o local e o global e entre saberes científicos e populares, a exemplo do Plano Popular.

Estão diluídas ao longo da trajetória da comunidade justamente porque os sentidos dessa experiência ganham novos contornos com os momentos que surgem, refletindo no espaço essas mudanças através da prática social dos sujeitos. Os sentidos, portanto, acompanhando as características próprias do percurso da Vila Autódromo, são plurais, múltiplos, porque referem-se mais a um processo do que a um produto finalizado, cujo valor, segundo a lógica do capital, seria medido pelo seu tamanho.

A Vila Autódromo atualmente é formada por vinte famílias que vivem em um espaço muito menor do que o original, em casas construídas aos moldes dos conjuntos habitacionais, no estilo do que Lefebvre denomina de *habitat*, ao passo que o restante do território encontra-se ocioso enquanto operam os motores da valorização e da especulação imobiliária. Precisamente em razão desses mecanismos, que agem agora de maneira mais ostensiva em razão de uma intensificação do processo de financeirização da terra nas últimas décadas, que desde o início das ameaças até o seu desfecho em 2016 a comunidade esteve em risco, e permanece carregando-o. Esse é o cenário enfrentado não apenas pela Vila Autódromo, mas por todas as favelas da cidade do Rio de Janeiro, que assim como as demais do capitalismo periférico, é concebida para ser dessa forma.

Embora haja discordâncias acerca da situação em que se encontra a comunidade atualmente, o processo de resistência protagonizado por eles, em aliança com atores múltiplos e de campos diversos está sem dúvidas ancorado no direito à cidade e, como afirmam os

próprios moradores, serve de exemplo, deixa lições, não apenas em termos de organização de luta, mas de força que emerge dos afetos formados no cotidiano da comunidade.

Tudo somado, resta a constatação de que na Vila e na cidade de que ela faz parte, todo o processo tem na verdade fortes efeitos políticos. Estes, podem ser percebidos nas falas dos moradores e se resumem a duas tendências: de um lado, a vitória do estado expressa na fala sobretudo de Jane, ao aludir ao projeteco da prefeitura, ainda que reconheça no processo a força da resistência. De outro, Penha expressa o oposto diante dos mesmos resultados, analisando o processo de luta da comunidade e a sua própria permanência como uma vitória para os que ficaram, mas também para os que se foram, precisamente, também, pela força da resistência. A força que guarda a comunidade, em razão do processo de resistência, portanto, é saldo inegável.

Mas há, ainda, as 20 famílias remanescentes, que olhando rapidamente, parecem estar em número insignificante em comparação com as 750 iniciais. É preciso observar a comunidade, contudo, a partir de um ângulo qualitativo, considerando a experiência de resistência pela qual passaram e para então perceber que esses momentos significaram a sua constituição enquanto sujeitos políticos que foram forjados na luta. A permanência destas famílias é o produto mais palpável da luta da Vila Autódromo, mas simboliza também a potência incutida em todos os seus moradores, aqueles que ficam e os que foram removidos.

E quanto à luta, podemos vê-la em três tempos em interação contínua: o passado, a memória produtora de algo que soube se tornar visível, que soube resistir diante da violência mais silenciosa e mais aberta, soube perseverar, a partir de seus laços internos e externos e de sua ligação com o espaço e isto porque desde o início ele foi por ela produzido. O presente, em que permanece a luta no âmbito das reivindicações das favelas pelo direito à cidade, usufruto e produção de habitar, o que remete ao futuro, a um tempo/espaço em construção agora. A resistência é cotidiana, é agora, a cada necessidade, mas também inscrita a partir do que foi e está sendo vivido na luta pelo direito à cidade, que por sua vez envolve a luta pela afirmação de um projeto de classe. Ele se constrói nesses atos e processos de que a Vila Autódromo é, sem dúvida, exemplar.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, S. e ANDRADE, LAG. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional Habitação [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011, 116 p.

FAULHABER, L. AZEVEDO, L. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1ª edição, Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FERNANDES, Edésio. Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil. In: Raquel Rolnik... [et al.]. **Regularização fundiária sustentável – conceitos e diretrizes**. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. p. 34-67.

FONSECA, Francisco C. P. Mídia e democracia: falsas confluências. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 13-24, jun. 2004

FRANZONI, Julia Ávila. **O direito & o direito**: estórias da izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial. 2018. 365 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro**: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013. 408 p.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes - Selo Martins, 2014.

_____. **O novo imperialismo**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. São Paulo, Loyola, 2005.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

LEFEBVRE, HENRI. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

_____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

_____. **Brasil 2000: qual planejamento urbano?** Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.

_____. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Vozes, Rio de Janeiro, 7ª edição, 2013.

MELO, Lígia. **Direito à moradia no Brasil - Política Urbana e acesso por meio da Regularização Fundiária.** Belo Horizonte/MG: Editora Fórum, 2010.

MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. **Megaeventos e Direito à Moradia: como opera o empreendedorismo urbano no contexto do neodesenvolvimentismo. O caso do Parque Olímpico no Rio de Janeiro.** 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito da Cidade) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

MERKLE, Denis. Une nouvelle politique pour les classes populaires. Les piqueteros en Argentine. **Tumultes**, Paris, n. 27, novembro de 2006, p. 173-197.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade.** Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.

MÜNCH, Marcela. **Direitos humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

NABACK, Clarissa Pires de Almeida. **Remoções biopolíticas: o habitar e a resistência da vila autódromo.** 2015. 315 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Puc-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

OSLENDER, Ulrich. **Espacializando resistencia: perspectivas de "espacio" y "lugar" en las investigaciones de movimientos sociales.** Antropologías transeúntes. Instituto Colombiano de Antropología e Historia, Bogotá, p. 1-35, 2000.

PETTI, Daniela. Da resistência ao poder: Governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. **Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, p.533-550, mai-ago. 2020.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças,** São Paulo, Boitempo, 2019.

SANTOS, C. R. A. e NASCIMENTO, D. M. A. **A autoconstrução coletiva: possibilidades contra hegemônicas na produção do espaço urbano.** In: III Seminário Internacional Cidade e Alteridade e II Congresso do Direito Urbanístico, 2014.

SILVA, Marcela M. O. **VILA AUTÓDROMO, UM TERRITÓRIO EM DISPUTA: A luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes.** 2016. 156f. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Direito. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

TANAKA, G; OLIVEIRA, F.; SÁNCHEZ, F.; BIENENSTEIN, R.; BIENENSTEIN, G.; VAINER, C.; COSENTINO, R.; MEDEIROS, M.; MONTEIRO, P. **Viva a Vila Autódromo – O Plano Popular e a luta contra a remoção.** Rio de Janeiro: ETTERN, 2018.

VAINER, Carlos et al. O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, XV, 2013, Recife. **Anais [...]**. Recife: ANPUR, 2013. p. 1-18.

VALLADARES, Licia. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 15, n. 44, p. 05-34, out. 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69092000000300001>.

Legislação

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República do Brasil. VadeMecum. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020;

BRASIL, Lei n. 10.257, 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2020;

RIO DE JANEIRO (distrito federal), Código de Obras. Decreto n. 6000, de 01 de julho de 1937. Disponível em: Acesso em 15 de julho de 2021;

RIO DE JANEIRO (Estado), Constituição (1989). Constituição do Estado do Rio de Janeiro. ALERJ. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/processo6.htm>. Acesso em 12 de agosto de 2021;

RIO DE JANEIRO (Município), Lei Orgânica (1990). Lei Orgânica do Município. Procuradoria Geral do Município, 2ª ed. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Município, 2010. Disponível em: 158 <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/1659124/DLFE222901.pdf/LeiOrganica.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2021;

RIO DE JANEIRO (Município), Plano Diretor (1992). Lei Complementar, nº 16, de 04 de julho de 2011. Disponível em: < http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/plano_diretor_edicao_reduzida_comentada.pdf>. Acesso em: 13 de agosto de 2021;

RIO DE JANEIRO (Município), Plano Diretor (2011). Lei Complementar, nº 111 de 2011. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/139339/DLFE229591.pdf/LeiComplementar1112011PlanoDiretor.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2021.